



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSO*
EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM ÁREAS URBANAS:
o caso da Reserva do Poço Escuro (Vitória da Conquista, Bahia)

GABRIEL SOUTO PINHEIRO

Itapetinga, BA

2016



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM ÁREAS URBANAS:
o caso da Reserva do Poço Escuro (Vitória da Conquista, Bahia)

GABRIEL SOUTO PINHEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Ambientais, Área de Concentração em Meio Ambiente e Desenvolvimento, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. *Dra.* Marília Flores Seixas de Oliveira

Coorientadora: Profa. *Dra.* Michele Martins Correa

Itapetinga, BA

2016

36 **Pinheiro, Gabriel Souto.**
 3.72 Unidades de conservação em áreas urbanas: o caso da Reserva do Poço
 P7 Escuro (Vitória da Conquista, Bahia). / Gabriel Souto Pinheiro. – Itapetinga-BA:
 19u Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016.
 91 fl.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Itapetinga, BA. Área de Concentração em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Sob a orientação da Profª. D. Sc. Marília Flores Seixas de Oliveira.

1. Parque Municipal da Serra de Periperi – Reserva do Poço Escuro – Vitória da Conquista, Ba. 2. Unidades de Conservação – Atividades atópicas – Reserva do Poço Escuro, Ba. I. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. II. Oliveira, Marília Flores Seixas de. III. Título.

CDD(21): 363.72

Catálogo na fonte:

Cláudia Aparecida de Souza – CRB/5-1014

Bibliotecária – UESB – Campus de Itapetinga-BA

Índice Sistemático para Desdobramento por Assunto:

1. Parque Municipal da Serra de Periperi
2. Reserva do Poço Escuro : Vitória da Conquista, Ba

Unidades de Conservação : Atividades atópicas UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

**Unidades de Conservação em Áreas Urbanas: o caso da Reserva do Poço Escuro
(Vitória da Conquista, Bahia)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Ambientais, Área de Concentração em Meio Ambiente e Desenvolvimento, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada por:

Prof. Dra. Marília Flores Seixas de Oliveira
(Orientador)

Prof. Dr. Luiz Artur Santos Cestari
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Prof. Alessandro de Paula
(Examinador Externo)

Prof. Dra. Maria de Fátima de Andrade Ferreira
(Suplente)

Itapetinga, 26 de fevereiro de 2016

3.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, senhora e razão do meu viver, que me ensinou e me mostrou como enfrentar e dar sequência às diferentes situações da vida. Sem ela não poderia estar aqui, nem mesmo chegar perto de onde estou.

A minha irmã Lara por ser minha fonte de esperança e por ter me mostrado que podemos chegar onde quisermos, pois isso só depende de nós mesmos. E por me provar a cada dia que podemos ser cada vez melhores.

A meu pai, por ter me cobrado e me apoiado em todos os sentidos até a chegada deste momento de satisfação e glória para a nossa família.

Agradecer em especial a minha companheira Catarina, mãe da minha filha, que chega para coroar esse período tão especial, por estar comigo, me ajudando, me amparando quando necessário, me fortalecendo e buscando junto comigo a prosperidade que esperamos para as nossas vidas.

Gostaria de agradecer, neste momento, em especial, a minha orientadora e mentora Marília Flores, por me apoiar em todos os períodos e me fortalecer quando necessário, numa busca contínua pelo aperfeiçoamento e desenvolvimento do trabalho aqui realizado.

Gostaria de prestar meus agradecimentos sinceros a Orlando Oliveira por toda ajuda e paciência durante o período que este trabalho se desenvolveu.

Quero agradecer a minha avó, Dona Enilza, por ser a grande responsável pela minha existência, por me mostrar que a vida pode ser simples, porém feliz e por ser a grande mãe de toda a família.

Quero, também, agradecer a todos os meus amigos irmãos, especialmente a Caio Santana, por estar comigo desde a adolescência - nos conflitos e nas alegrias - e que agora, mais do que nunca, faz parte da minha família. Ao meu irmão Ciro da Costa e minha afilhada Antonella que, apesar de estarem muito longe daqui, nunca estiveram distantes, sempre presentes e me impulsionando para o fechamento de mais este objetivo.

Gostaria de agradecer imensamente a Ciro Amorim e Ighor Barreto, por acreditarem no meu potencial e por terem buscado me compreender, me auxiliando na busca pela concentração e foco, mesmo nos momentos mais difíceis de toda essa etapa.

Gostaria de agradecer, por todo o apoio, pela paciência e pela amizade, ao meu amigo Milton Santos, orientador informal da vida acadêmica e parceiro de trabalho.

Dedico essa vitória ao meu grande irmão Rodrigo Tavares que eu amo muito e por quem tenho enorme admiração, e que, em todos esses anos, jamais me abandonou e sempre fez questão de demonstrar que estará sempre ao meu lado.

Gostaria de agradecer à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB - em especial ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais.

Gostaria de agradecer também a todos os funcionários da Reserva do Poço Escuro e às comunidades dos bairros Guarani e Petrópolis que contribuíram positivamente para esta pesquisa.

Por fim, expresso meus agradecimentos à CAPES, pela concessão da bolsa de mestrado, que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação buscou analisar os impactos das atividades antrópicas sobre a Reserva do Poço Escuro, que integra o Parque Municipal da Serra do Periperi, em Vitória da Conquista (BA), unidade de conservação que abriga o remanescente florestal urbano mais importante do município. A pesquisa foi desenvolvida entre os anos de 2014 e 2015 e a metodologia envolveu pesquisa bibliográfica e documental; coleta de dados primários e secundários, tendo sido realizadas entrevistas abertas com os agentes públicos responsáveis pela gestão ambiental da área, aplicados questionários junto à população do entorno, e, ainda, pesquisa de campo com visitas técnicas e realização de registros fotográficos. Os resultados obtidos demonstraram a grande vulnerabilidade da Reserva do Poço Escuro, atualmente sujeita a impactos causados tanto pela vizinhança (descarte inadequado de lixo, poluição das nascentes, rompimento constante de cercas, dentre outros) quanto pela falta de recursos humanos e materiais para a sua conservação eficaz. Apesar de ser um testemunho tanto das florestas originais da região quanto da história do município, que se originou no entorno desta mata e de suas nascentes de água, o Poço Escuro apresenta, na atualidade, um quadro crítico de conservação, que precisa ser alterado imediatamente, sob pena de destruição da biodiversidade e dos recursos naturais locais.

ABSTRACT

This thesis seeks to analyze the impacts of human activities on the PoçoEscuro Reserve, which is a part of the Serra do Periperi City Park in Vitória da Conquista (BA), taking as an empirical base the reality of this urban forest remainder and its surrounding inhabited vicinity, through a research that was developed between the years of 2014 and 2015. The methodology involved a bibliographical and documental research; primary and secondary data collection, including open interviews with public agents responsible for the environmental management of the area, the application of surveys with inhabitants of the surrounding neighborhoods; and, also, a field research that included technical inspections and photographic documentation. The achieved results show that the PoçoEscuro Reserve is currently in great vulnerability, prone to environmental impacts caused both by its neighboring population (inappropriate garbage disposal, pollution of its water sources, frequent trespassing, amongst others) and by the lack of the minimal human and material resources needed for its efficient conservation. Despite it being a testimony both to the original forests of its region and to the history of the city of Vitória da Conquista, which has begun its settlements around this forest area and its water sources, PoçoEscuro currently faces a critical situation in regards to its conservation – one that needs immediate remediation in order to avoid impending losses in local biodiversity and natural resources.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Microrregiões, Rodovias e Município de Vitória da Conquista – BA – 2010.

Figura 2. Área do Parque Municipal da Serra do Periperi / Vitória da Conquista.

Figura 3. Vista aérea da Reserva Florestal do Poço Escuro / Vitória da Conquista.

Figura 4 - Mapa de localização dos locais de aplicação do questionário.

Figura 5 - Imagem de cerca cortada na zona limítrofe da Reserva do Poço Escuro.

Figura 6 - Área de armazenamento de equipamentos e único “escritório” dos funcionários da Reserva do Poço Escuro.

Figura 7 - Imagem de trilha que atravessa o Poço Escuro ligando o bairro Guarani à sede do Parque Municipal da Serra do Periperi.

Figura 8 - Caminhão da CAESG preparando material para treinamento na entrada da Reserva do Poço Escuro.

Figuras 9 e 10 - Descarte inadequado de lixo na zonas limítrofes dos Bairros Petrópolis (9) e Guarani (10).

Figura 11 - Esgoto a céu aberto na rua Visconde de Mauá (bairro Guarani).

Figuras 12 e 13 - Erosão no interior da unidade de conservação urbana do Poço Escuro (11) e Pavimentação (valeta) construída no limite da Reserva do Poço Escuro com o bairro Guarani (12).

Figuras 14 - Mureta de proteção da área do parque localizada no bairro Guarani.

Figuras 15 e 16 - Local utilizado pelos moradores e lavadeiras (15) e Local construído para alocar bica com água proveniente das nascentes do Rio Verruga (16).

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 - Detalhamento da Metodologia da Pesquisa.

Quadro 2 - Panorama de marcos e concepções históricas sobre conservação da natureza no ocidente.

Quadro 3 - Panorama de marcos e concepções históricas sobre ambiente no Brasil.

Gráfico 1 - Faixa Etária dos Entrevistados na Pesquisa de Campo.

Gráfico 2 - Divisão dos Entrevistados por sexo.

Gráfico 3 - Perfil de Escolaridade dos Entrevistados.

Gráfico 4 - Tempo de Moradia dos Entrevistados no Local.

Gráfico 5 - Conhecimento do Entrevistado sobre a Reserva do Poço Escuro.

Gráfico 6 - Visita (adentramento) à Reserva do Poço Escuro.

Gráfico 7 - Sobre a utilização do Poço Escuro pelos entrevistados (moradores do entorno).

Gráfico 8 - Conhecimento dos entrevistados (moradores do entorno) sobre a condição de proteção à natureza da área da Reserva do Poço Escuro.

Gráfico 9 - Sobre a importância da Reserva do Poço Escuro para a cidade.

Gráfico 10 - Sobre a necessidade de ações do poder público junto à Reserva do Poço Escuro.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO

1.1. Objetivos

1.2. Metodologia

2 - DESENVOLVIMENTO

2.1. Panorama sobre a concepção de Unidades de Conservação

2.1.1 - Cenário Internacional

2.1.2 - Cenário Nacional e a questão da Gestão em Unidades de Conservação

2.2. Vitória da Conquista e suas Unidades de Conservação

2.2.1 - O Parque Municipal da Serra do Periperi e a Reserva do Poço Escuro

2.3. Pesquisa e conservação em áreas urbanas protegidas

3 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

5 - REFERÊNCIAS

APÊNDICES

1 –Modelo de questionário aplicado com a população do entorno da Reserva do Poço Escuro.

2–Modelo de termo de consentimento livre e esclarecido.

1 - INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa, proposto no âmbito do Mestrado em Ciências Ambientais da UESB, busca analisar os impactos das atividades antrópicas sobre remanescentes florestais urbanos, discutindo a situação de uma Unidades de Conservação localizada em área urbana, tomando como base empírica a realidade local da Reserva do Poço Escuro, mata localizada na região central da cidade de Vitória da Conquista, na Bahia, e que integra o Parque Municipal da Serra do Periperi. A pesquisa aborda questões em análises que também buscam contribuir para uma melhor formulação de alternativas e estratégias de conservação da biodiversidade e de manutenção da integridade de paisagens naturais que foram antropizadas, visando ampliar a compreensão sobre os processos de gestão ambiental de reservas e parques urbanos, a partir do estudo do caso em questão.

Parte do pressuposto de que o estudo dos processos ecológicos que envolvem a fragmentação florestal - contextualizados na relação com a realidade local em que se inserem e avaliando os impactos gerados pelas atividades antrópicas do seu entorno - estabelece novos elementos de referência que contribuem amplamente para o desenvolvimento da pesquisa e que podem constituir parâmetros inovadores para a análise de outras áreas naturais protegidas similares.

A Reserva do Poço Escuro, uma área protegida de Mata de Cipó (denominação local para Floresta Estacional Semidecidual), integra o Parque Municipal da Serra do Periperi, criado pelo Decreto Municipal nº 9.480/1999. Ressalta-se que, apesar de fazer parte de um Parque de dimensões maiores, este estudo focalizará as questões específicas referentes à Reserva do Poço Escuro, não ampliando suas análises para o Parque Municipal da Serra do Periperi como um todo. As especificidades da mata da Reserva do Poço Escuro, que se distingue bastante do restante do Parque da Serra do Periperi, são suficientes para justificar tal escolha empírica, mas de forma ampla, interagem diretamente com o mesmo objetivo. O fato do decreto do Parque ser posterior ao da Reserva do Poço Escuro, o conferiu a categoria de Parque, instituído pelo SNUC (2010).

Localizada na região central da cidade, a mata do Poço Escuro abriga o único fragmento florestal remanescente na zona urbana de Vitória da Conquista, apresentando um formato alongado, situado num grotão úmido da vertente Sul da Serra do Periperi, em cujo entorno se estabeleceram bairros populosos, com infraestrutura precária, que exercem crescente pressão sobre a área, resultando em impactos ambientais negativos. A área desta

mata configura-se como um dos fragmentos de vegetação nativa mais importantes do município, abrigando animais silvestres e espécies florestais ameaçadas de extinção. É também o lugar onde se localizam as nascentes do Rio Verruga (que se encontra, atualmente, poluído, canalizado e subterrâneo no trecho que corta o centro da cidade, mas que já foi, nas origens do município, a principal fonte de abastecimento de água para os moradores da localidade).

Compreendendo esta realidade local, o projeto propõe as seguintes questões norteadoras: quais os impactos ambientais provocados pelas atividades antrópicas na Reserva do Poço Escuro, considerando-se a forte presença da ocupação urbana dos bairros do seu entorno? Qual o padrão da infraestrutura e de serviços básicos (pavimentação, saneamento, rede de drenagem pluvial, coleta de resíduos sólidos, limpeza pública) dos bairros do entorno e que impactos causam na mata? Como tem sido feita a gestão pública da Reserva do Poço Escuro e quais as políticas implantadas pela administração municipal visando a sua conservação?

A Serra do Periperi, onde se encontra a mata do Poço Escuro, é uma formação montanhosa que circunda a cidade marcada por forte ação antrópica, pela ocupação e pelo uso desordenados do solo, agravados, nas últimas décadas, pela devastação da sua cobertura vegetal, com áreas degradadas pela atividade de mineração (sobretudo retirada de areia) e de extração de lenha pela população mais pobre. Apesar da importância desta Serra como marco paisagístico e cultural para a cidade e do seu rico ecossistema, sua conservação tem enfrentado problemas históricos, como o carreamento de resíduos sólidos, com assoreamento de cursos d'água e da rede de drenagem pluvial urbana, além de passivos ambientais gerados a partir da construção da BR 116 (anos 1950) e do anel viário (anos 2000). A criação, em 1999, do Parque Municipal da Serra do Periperi não conseguiu resolver estes graves problemas, e os impactos negativos das ações antrópicas continuam afetando os ecossistemas da Serra e da mata do Poço Escuro. O problema se agrava ao se considerar a situação de pobreza dos bairros do entorno e a precariedade da infraestrutura urbana e do saneamento básico. Esta realidade é comum aos países pobres, em que os problemas ambientais decorrentes do processo de urbanização somam-se a déficits históricos de direitos sociais e a questões básicas de infraestrutura, enquanto o crescimento demográfico e a pobreza contribuem para o processo de degradação ambiental.

Partindo do princípio da defesa da natureza, da prudência ambiental e, portanto, da valorização da conservação da Mata do Poço Escuro para o município de Vitória da

Conquista, para o meio ambiente e para a sociedade como um todo, este projeto de pesquisa problematiza o uso descontrolado dos recursos naturais, sobretudo no que se refere aos impactos das atividades antrópicas sobre fragmentos florestais urbanos que sobreviveram em alguns municípios brasileiros.

Neste sentido, apresenta como objeto empírico a situação da Reserva do Poço Escuro, esta área de 17 ha que é remanescente de Floresta Estacional Semidecidual, que integra o Parque Municipal da Serra do Periperi, em Vitória da Conquista (BA), e que sofre constantes impactos negativos decorrentes das atividades antrópicas no entorno. Atualmente comprimida entre os bairros populares (Guarani e Petrópolis) de grande densidade demográfica na região central da cidade, esta Reserva configura-se como um dos fragmentos de vegetação nativa mais importantes do município, abrigando animais silvestres e espécies florestais, algumas ameaçadas de extinção, como a baraúna (*Melanoxylombrana*), o cipó-escada-de-macaco (*Bauhiniasmilacina*) e a samambaiaçu-imperial ou xaxim (*Dicksoniasellowiana*).

A mata do Poço Escuro tem sido preservada desde a origem da cidade, talvez por ter abrigado, historicamente, os recursos hídricos que foram a principal fonte de abastecimento de água da população local até a década de 1970. Nesta mata se localizam as nascentes do rio Verruga (afluente do Rio Pardo), fontes de água de fundamental papel no processo de implantação do arraial e de fixação da população no local, dando origem à cidade de Vitória da Conquista.

Se a área do Poço Escuro foi preservada, inicialmente, no século XVIII, pela existência das nascentes de água potável, posteriormente, ao final do século XX, o crescimento urbano passou a exercer impactos crescentes, ameaçando a integridade do fragmento florestal remanescente, tornando-se necessária a adoção de medidas legais como forma de garantir a sua manutenção. Por esta ocasião começaram os processos de proteção legal da área. A alta diversidade biológica e a beleza da paisagem natural do Poço Escuro tem atraído o interesse de pesquisadores, estudantes e comunidades local e regional, num fluxo de visitação que precisa ser analisado como um eventual fator de impacto ambiental à reserva, no estudo da sua gestão ambiental, considerando sua capacidade de suporte e o controle efetivo que é feito pelos órgãos responsáveis. Por suas características ambientais, a reserva do Poço Escuro torna-se um laboratório natural para o desenvolvimento de atividades de pesquisa sobre a biodiversidade local, o que justifica ainda mais estudos que

visem a sua proteção. É, ainda uma agradável área de lazer para caminhadas e passeios, propiciando momentos de tranquilidade em ambientes para contemplação da natureza.

Estes tipos de áreas de mata nativa, inseridas nos ambientes urbanos, sofrem todo tipo de impacto negativo, desde a poluição até a falta de saneamento básico nos bairros do entorno, o que torna fundamental a proposição de estudos e investigações como este aqui proposto, voltados para a compreensão da realidade e dos processos locais, tendo em vista, ainda, a possibilidade futura de desenvolvimento de alternativas mitigadoras que visem à manutenção deste fragmento florestal, dada a sua importância para a conservação da biodiversidade.

Os fragmentos florestais são áreas remanescentes de florestas contínuas que, por força de fatores bióticos, abióticos e antrópicos, sofreram processos de segmentação, passando a apresentar um comportamento diferenciado da sua estrutura e dinâmica originais. Estes fragmentos, historicamente pouco estudados, têm sido, cada vez mais, objeto de interesse científico, a partir da constatação de que concentram grande biodiversidade. Ressalta-se, assim, a importância de estudos que busquem entender os processos de gestão dos fragmentos florestais em meio urbano, bem como a relação que a população que vive em seu entorno tem com estas reservas.

Os fragmentos florestais urbanos são resquícios de vegetação natural circundados por uma área de cidade, uma matriz urbana. São parques, reservas e pequenas manchas de matas, algumas vezes em propriedades privadas. Estas áreas de mata sobrevivem cercadas por ambientes hostis, urbanizados, em que as condições naturais se encontram quase completamente alteradas e/ou degradadas. Estes fragmentos representam um recurso precioso para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, pois o uso da vegetação ameniza os impactos causados pela ação antrópica (FEIBER, 2004).

A partir de tais considerações, foi proposta esta pesquisa voltada à compreensão da realidade atual da Reserva do Poço Escuro (Vitória da Conquista) e das relações com a população de seu entorno, situação inerente a uma unidade de conservação inserida no ambiente urbano. Apesar de ser parte integrante de uma Unidade de Conservação (o Parque Municipal da Serra do Periperi), o Poço Escuro apresenta especificidades e particularidades que justificam o seu estudo em destaque.

Este trabalho teve, portanto, a finalidade geral de compreender quais são os impactos ambientais provocados pelas atividades antrópicas na mata do Poço Escuro, considerando-se a presença da ocupação urbana no seu entorno, sobretudo os bairros

Guarani e Petrópolis, que fazem fronteira com esta reserva. Para tanto, procurou discutir o padrão da infraestrutura e dos serviços básicos (pavimentação, saneamento, rede de drenagem pluvial, coleta de resíduos sólidos, limpeza pública) dos bairros Guarani e Petrópolis - vizinhos à mata - avaliando os impactos que tais padrões causam na reserva.

Para analisar a situação da Reserva do Poço Escuro, buscou detalhar de maneira central alguns tópicos variáveis para o estudo, como aqueles referentes aos tipos de atividades antrópicas geradoras dos maiores impactos ambientais; à gestão ambiental da Reserva, a partir da verificação da existência de plano de manejo, de efetivas ações de educação ambiental, de controle de visitação e de fiscalização da área.

Considera-se que os processos de uso e ocupação das terras são refletidos nas eventuais permanências de florestas urbanas, que se encontram fragmentadas e isoladas em pequenos remanescentes, geralmente cercadas de um entorno impactante e hostil, de onde não cessam de surgir impactos. Compreende-se, assim, a necessidade de incorporar uma “análise do processo histórico das ações de preservação das florestas urbanas, criação e gestão permite compreender, fortalecer e reconhecer a importância destas áreas.” (GUIRÃO, 2011. p.148).

1.1. Objetivos

Esta pesquisa apresenta o objetivo geral de identificar a atual condição de gestão e manutenção da Unidade de Conservação urbana, Reserva do Poço Escuro que integra o Parque Municipal da Serra do Periperi em Vitória da Conquista, BA.

Os objetivos específicos são propostos buscando aprofundar o conhecimento sobre esse fragmento de floresta, com o intuito também de mostrar a importância da sua conservação e da sua manutenção para o município, para o meio ambiente e para a sociedade, sendo eles:

- Realizar levantamento bibliográfico e documental sobre a temática (voltado para a sistematização de conceitos e de reflexões teóricas e também para realizar levantamento histórico da degradação do município).
- Levantar e analisar as políticas públicas e as ações de gestão do meio ambiente que são mantidas no Município para a conservação da Reserva do Poço Escuro.

- Identificar o envolvimento e consequências decorrentes do adensamento da ocupação urbana e consciência ambiental da população do entorno do Poço Escuro, nos bairros Guarani e Petrópolis.

Além disso, pretende-se também, a partir da pesquisa, dar maior visibilidade para a situação desta mata remanescente, inserida no Parque Municipal da Serra do Periperi, perante a comunidade acadêmica e a sociedade, apontando para a necessidade de um direcionamento de esforços para assegurar a manutenção da reserva, que demonstra resistência ao sobreviver em meio a esse grande impacto sofrido.

1.2. Metodologia

Para alcançar os objetivos aqui propostos, a metodologia planejada abarcou diversas etapas do seu desenvolvimento, estabelecendo um percurso coerente e sistematizado para garantir sua realização. Sob o ponto de sua finalidade, esta pesquisa pode ser classificada como uma pesquisa aplicada de levantamento (GIL, 2010), estando voltada à construção do conhecimento com vistas à aplicação em situações específicas, podendo, entretanto, contribuir também para a ampliação do conhecimento científico de maneira mais global. De acordo com os seus objetivos mais gerais, ela pode ser compreendida como uma pesquisa tanto descritiva quanto explicativa, pois tanto pretende levantar dados sobre a realidade local, descrevendo-a, quanto também estabelecer análises que identifiquem os fatores que determinam e que contribuem para a ocorrência dos fenômenos estudados (GIL, 2011).

A pesquisa bibliográfica e documental foi um procedimento metodológico fundamental para a consecução deste projeto, envolvendo temas como o pensamento ambiental e a história das ações de proteção e preservação ambiental, de maneira global e também local. Na etapa da pesquisa documental, foram levantados aspectos históricos relacionados ao meio ambiente, como os da Legislação Ambiental relacionada às áreas de conservação no âmbito nacional e internacional, incluindo o caso da Reserva do Poço Escuro; o Código Municipal do Meio Ambiente de Vitória da Conquista; o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Vitória da Conquista e o Plano de Manejo da unidade estudada. Assim, os projetos e documentos técnicos-administrativos referentes à gestão e conservação da área, incluindo-se as propostas de alternativas mitigadoras dos impactos

causados pela fragmentação e potencializado pela expansão urbana foram consultados e analisados, sendo, posteriormente, confrontados com as informações decorrentes da observação em campo.

Para a etapa do trabalho empírico, que envolve o levantamento de dados primários e secundários, foi desenvolvida uma pesquisa de campo, com visitas à Reserva do Poço Escuro, entrevistas abertas com os agentes públicos da gestão ambiental relacionada ao Poço Escuro (Secretário Municipal de Meio Ambiente, Gestor do Parque Municipal da Serra, funcionários e demais agentes sociais atuantes na Reserva). Por outro lado, para a compreensão da relação da população do entorno com a Reserva, buscando elementos para discutir também a percepção ambiental que têm sobre a área e a preservação ambiental, foi elaborado um questionário (em anexo) que será aplicado nas residências vizinhas à borda do Poço Escuro.

A coleta de informações “in loco” foi fundamental para o levantamento da realidade local e das consequências decorrentes da proximidade dos bairros e dos impactos sobre a mata, sendo feita, durante os anos de 2014 e 2015, a partir de visitas agendadas com os funcionários da Reserva do Poço Escuro. Nestas visitas foram feitos registros fotográficos que também serviram como dados para a pesquisa.

Para sistematizar e facilitar o entendimento dos percursos metodológicos, apresenta-se, a seguir, um quadro de detalhamento da metodologia.

Quadro 1 - Detalhamento da Metodologia da Pesquisa

ETAPA METODOLÓGICA	META	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
Levantamento de fontes e referências bibliográficas de caráter teórico e técnico metodológico para propiciar amplo conhecimento do estado da arte nos temas do Projeto	Realização de revisão bibliográfica e levantamento do estado da arte relativo ao tema da pesquisa.	Levantamento, pesquisa e leitura de fontes e referências teórico-conceituais e técnico-metodológicas relativas à temática da pesquisa
		Sistematização de conceitos e concepções teóricas e detalhamento das referências técnico-metodológicas utilizadas
		Levantamento e análise das políticas públicas e das ações de gestão do meio ambiente que foram planejadas, implementadas e/ou mantidas pela administração municipal para a conservação da reserva florestal do Poço Escuro

(cont.)

ETAPA METODOLÓGICA	META	ATIVIDADES
Identificação dos principais impactos ambientais decorrentes do adensamento da ocupação urbana no entorno do Poço Escuro	Levantamento de informações e coleta de dados sobre a infraestrutura disponível nas estas localidades (bairros Guarani e Petrópolis)	Visita técnica aos locais para uma caracterização “in loco” do padrão de infraestrutura e dos serviços básicos (pavimentação, saneamento, rede de drenagem pluvial, coleta de resíduos sólidos, limpeza pública) dos bairros
		Anotações e descrições sobre a situação encontrada nestes locais
		Realização com gestores e funcionários do Parque Municipal da Serra do Periperi e da Reserva do Poço Escuro
		Visitas técnicas aos órgãos da administração municipal (Serviços Públicos, Infraestrutura Urbana, Desenvolvimento Social, Meio Ambiente)
Compreensão da relação da população do entorno com a Reserva do Poço Escuro	Realização de visitas técnicas aos bairros Guarani e Petrópolis e aplicação de questionários com moradores do bairros do entorno	Visitas técnicas aos bairros Guarani e Petrópolis
		Realização com gestores e funcionários do Parque Municipal da Serra do Periperi e da Reserva do Poço Escuro
		Realização de registros fotográficos sobre a situação dos bairros no entorno
		Aplicação dos questionários, sistematização e interpretação dos dados decorrentes
Redação da Dissertação de Mestrado	Análise dos dados e Redação final do texto dissertativo	

2 - DESENVOLVIMENTO

2.1. Panorama sobre a concepção de Unidades de Conservação

2.1.1 - Cenário Internacional

É importante compreender como se deu, no decorrer do tempo, o interesse internacional em proteger áreas naturais, que possibilitou a elaboração das leis atuais de proteção ambiental.

Segundo Vallejo (2002), em tempos mais remotos, uma ideia de conservação era aplicada na Europa com diferentes propósitos, por exemplo, para a criação de reservas de caça, evitando escassez animal, ou para conservação de determinadas espécies vegetais, como na Roma e Europa Medieval, ou simplesmente para algum uso exclusivo, quase sempre estando ligadas aos interesses da aristocracia rural e da realeza.

De uma maneira geral, as primeiras atividades relacionadas à proteção ambiental que se tem relato eram direcionadas à conservação para caça ou por razão religiosa, não ocorrendo assim, uma preocupação com a conservação dos recursos naturais. Remotamente, medidas que podem ser consideradas como sendo de conservação foram observadas na Índia do sec. IV a.C., com a proteção de uma floresta sagrada contra atividades de colheita ou coleta de qualquer matéria vegetal. Também pôde ser observado em Holanda, no caso do Bosque de Haia em 1576, na França, em Fontainebleau, 1853, onde a primeira grande área, equivalente a 624 ha foi destinada inteiramente à proteção (LEUZINGER, 2013).

Mais recentemente, como resposta às decorrências da industrialização e da acelerada urbanização - e de suas consequências de contaminação, perda de recursos naturais, poluição, problemas de saúde pública - surgiu, na Europa no século XVII e XIX, o que conhecemos como ambientalismo. De início, basicamente três óticas se destacavam: a ideia de retorno à Terra, incentivando a volta ao estilo de vida simples; a conservação científica, pautada na argumentação da ineficiência da utilização dos recursos naturais; a ideia de defesa silvestre (*wilderness*) e a ideia de natureza intocada (ARRUDA, 2012).

A partir da revolução industrial, transformações econômicas, políticas, sociais e ambientais determinaram um novo padrão ao caminho da exploração dos recursos naturais, crescentemente mais impactante, mais tecnológica e mais poluidora. Assim, no que se refere, por exemplo, ao uso da terra, a agricultura evoluiu para uma estrutura crescentemente mecanizada e especializada, com alto uso de defensivos, fertilizantes químicos e inseticidas, com o intuito de aumentar significativamente a oferta de diversos produtos, ocorrendo o desenvolvimento das premissas capitalistas que passaram a enxergar a terra como mercadoria, desconsiderando a degradação ambiental (VALLEJO, 2002).

O século XIX apresentou uma importância crescente para as atividades científicas, e a natureza é um objeto frequente de estudos, sendo vista quase sempre como externa à humanidade, que busca desvendá-la para melhor se utilizar dela. Os estudos voltam-se também para novas formas de transformar a natureza em bem econômico.

No século XIX, o método cartesiano vem ordenar as ciências modernas, delimitando os objetos de estudo e dando novas referências às ciências naturais nascentes. [...] As pesquisas científicas ampliaram a compreensão dos mecanismos de funcionamento da natureza, revelaram seu valor - inclusive econômico - para o homem e as consequências das ameaças causadas pela ação humana. Estabelece-se um sentido de responsabilidade moral do homem frente à proteção, mas com base no conhecimento científico, fundamento do mundo moderno” (VIANNA, 2008, p. 136).

Outra concepção fundamental ao processo de criação de áreas protegidas relaciona-se à ampliação da vida urbana, bem como à deterioração das condições de vida nas cidades, associando-se à natureza a ideia de uma vida de beleza e de pureza. O contato com o campo e com a natureza passam a ser representados como lugares “de reencontro do homem com suas origens, do repouso e da salubridade”(ibidem, p.142), a natureza é idealizada e a ela se relacionam elementos espirituais e estéticos. A partir desta noção, a ideia da preservação de espaços naturais associa-se também à possibilidade de manutenção de áreas em que o homem urbano possa vir a desfrutar de algum tipo de estabelecimento de contato com a natureza. O pensamento antropocêntrico que baseia esta vertente também norteia a busca de cuidados com a natureza para se garantir a própria preservação futura da espécie humana, a partir da consciência de que a natureza é finita e o uso dos recursos naturais precisa ser mais prudente, para que a permanência humana seja possível. Para Vianna (2008, p.143), “trata-se de uma racionalização do uso da natureza. Esta será a base do conceito de conservação adotado, mais tarde, pelas sociedades contemporâneas”.

Para Leuzinger (2013), a grande onda que gira em torno do conceito de espaços protegidos - como encontramos atualmente - surgiu nos Estados Unidos da América com a conquista do oeste selvagem, quando as mesmas eram disputadas por diferentes forças de trabalho do século XIX. Existem relatos também de que antes mesmo da criação do que conhecemos como primeiro parque (o Parque Nacional de Yellowstone), Abraham Lincoln assinara um termo de doação do Vale do Yosemite com a finalidade de “uso público, refúgio e recreação”.

Schenini (2004) destacou que as áreas protegidas existem desde muitos anos antes de Cristo, porém as criações de áreas legalmente protegidas só vieram ocorrer no século XIX, sendo o marco para as unidades de conservação a criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872, nos Estados Unidos. Para Vianna (2008, p.145), a criação do Parque de Yellowstone “visava principalmente resguardar para as gerações futuras paisagens naturais consideradas intactas”.

A expressão “parque” - conhecida atualmente como a categoria de unidades de conservação mais famosa do mundo - surgiu por meio do norte-americano George Catlin, um dos defensores da criação do Yellowstone, que a definiu como “parque da nação, contendo homens e animais, todos na selvageria e frescor de sua beleza natural”. Já a palavra “*parc*” vem do francês e significava “área cercada de solo, ocupada por animais de caça, protegida por ordem ou concessão do rei” (RAO, 2002, *apud* LEUZINGER, 2013).

Historicamente, parque nacional é a primeira categoria de área natural protegida com objetivos de conservação da natureza criada em grandes extensões territoriais, a partir do que se definiram as bases legais e conceituais para a criação de outras categorias (VIANNA, 2008, p.132).

A unificação do termo “áreas protegidas”, porém, só veio a se firmar na América Latina na Conferência para a Proteção da Fauna, da Flora e das Belezas Cênicas Naturais dos países da América, conhecida como Convenção Pan-Americana, que aconteceu em Washington, em 1940.

Foi nesse mesmo período histórico, no ano de 1947, que ocorreu o Congresso da Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura) que criou o primeiro organismo internacional para a conservação, o UIPN – União Internacional para Proteção da Natureza, que mais tarde passou a se chamar UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza-, passando a realizar reuniões periódicas tendo como foco a conservação da biodiversidade (LEUZINGER, 2013). A UIPN/UICN passou a ser a

financiadora das principais conferências internacionais que se transformaram em referência internacional de políticas de áreas protegidas (DEBETIR, 2006).

A primeira divisão do que seriam as categorias de unidades de conservação surgiu numa tentativa da UICN de tornar mais flexível a classificação apresentada em Bordeaux, em 1956, e dividiu as unidades em parques nacionais e reservas análogas. Para essa organização, as áreas protegidas podem ser definidas como sendo “uma área terrestre e/ou marinha especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos” (MEDEIROS, 2014).

Em Seattle, nos Estados Unidos da América, no ano de 1962 foi realizada a I Conferência Mundial sobre Parques Nacionais, que teve como objetivo básico a discussão da conservação em ambientes marinhos bem como a definição de atributos relevantes aos parques nacionais, como o desenvolvimento de ações de educação ambiental e as pesquisas científicas. Foi nessa reunião também que ficou estabelecido o uso diferenciado dos parques nacionais, que passariam a permitir certos tipos de atividades, surgindo então a ideia de zoneamento em parques (DEBETIR, 2006).

Um marco significativo apontado por Arruda (2012) foi a publicação do livro “Primavera silenciosa” de Rachel Carson, em 1962, que gerou uma onda de globalização do ambientalismo, eclodindo em todo o mundo, e novos movimentos sociais nos mais diversos níveis de radicalização passaram a ser formados.

Um novo objeto do conhecimento então se forma, o chamado meio ambiente, a partir de uma visão pautada na biologia da conservação, que afirma o princípio de que com a presença humana não haveria conservação, o que requereria, assim, o afastamento das pessoas das áreas a serem conservadas.

O conceito de natureza como algo a ser protegido e como um valor em si passou a influenciar o pensamento e o preservacionismo se ampliou, a partir da ideia do homem como depredador da natureza e da necessidade de resguardá-la. Esta tem sido uma das correntes que orienta a ação na criação de áreas de preservação, do que decorreu o movimento de defesa do princípio de “parques sem pessoas”, isto é, com fortes limitações à presença humana, gerando também outros problemas, sobretudo relacionados às comunidades previamente existentes nestes locais.

A restrição absoluta de população no interior das áreas naturais protegidas, em especial no que tange a parques nacionais, acarretou diversas consequências. Antes de sua demarcação, uma boa parte das reservas tinha habitantes históricos, e muitos foram desalojados, de modo violento (VIANNA, 2008, p.148).

Em todo o mundo, muitas áreas preservadas foram criadas desde Yellowstone, destinadas a diferentes usos, desde a recreação pública ou a pesquisa científica, ou mesmo ainda na perspectiva de grandes áreas destituídas da presença humana, ignorando a existência ou expulsando as antigas populações locais. Esta situação aconteceu em diversos locais em todo o mundo, como nos “parques nacionais na Nova Zelândia (1894), na África do Sul e na Austrália (1898), no México (1894) e no Brasil (1937)” (VIANNA, 2008, p.153).

A Conferência da Biosfera, realizada no ano de 1968, na França, definiu a busca por uso racional e conservação dos recursos da biosfera, onde foram discutidos temas como efeitos da poluição, impacto humano, desmatamentos, efeitos negativos das monoculturas, dentre outros. Além disso, foi consenso na reunião que a conservação em áreas protegidas não estava sujeito somente às questões científicas, mas estaria totalmente atrelado às estruturas políticas, social e econômica (DEBETIR, 2006).

Há um reflexo entre a definição das tipologias de áreas protegidas e as perspectivas política, econômica, institucional e social, que possuem uma relação de força com as estratégias adotadas pelo Estado para a preservação dos recursos naturais. Um grande marco aconteceu em 1972, em Estocolmo, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, quando foi acordado por 113 países presentes na reunião que o meio ambiente equilibrado é um direito fundamental (LEUZINGER, 2013).

A preocupação com o meio ambiente tem crescido muito desde então, principalmente com o agravamento de problemas e com o acúmulo de consequências desastrosas do capitalismo, voltado à busca desenfreada pelo lucro e pela acumulação de riquezas, a despeito das consequências para a natureza e para os recursos naturais. Neste cenário, os impactos provocados pela degradação ambiental (solos, água, atmosfera, florestas) e a busca por ações que realmente tenha princípio na conservação são deixados de lado (LEUZINGER, 2013).

Um dos marcos mais importantes da UICN foi a edição do documento Cuidando do Planeta Terra, que delimitou a política de conservação para um âmbito regional, levando em consideração os fatores ecológicos, políticos, econômicos e sociais, além de considerar

o indivíduo como parte integrante deste sistema, incorporando assim as populações tradicionais e as comunidades locais (LEUZINGER, 2013). No ano de 1980, a UICN, em parceria com a PNUMA/WWF (*World WildlifeFund* / Fundo Mundial para a Natureza) lançaram o documento chamado Estratégia Mundial para a Conservação, que tinha como principal objetivo a manutenção da diversidade genética e um aproveitamento sustentado das espécies e dos ecossistemas (DEBETIR, 2006).

Nesse contexto, surgiu uma nova forma discursiva do ambientalismo, pelo Relatório Brundtland, “Nosso futuro comum”, em 1987, que definiu um novo conceito, o de desenvolvimento sustentável, que indicava de forma geral ampla os problemas ambientais, associando a ideia da necessidade ética de se garantir às gerações futuras o direito a recursos naturais, o que fazia com que fosse necessário focalizar as questões ambientais não apenas na lógica sincrônica, mas também em relação ao futuro. Coloca também o caráter processual relacionado à busca por uma proteção ao ambiente.

o desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras. (CMSMAD, 1991, p.10).

Através deste novo modelo de desenvolvimento seria possível aliar o crescimento econômico com a preservação ambiental eliminando a pobreza e assimilando o desenvolvimento tecnológico com vistas a conservação (ARRUDA, 2012).

Assim como afirmou o Relatório Brundtland, a preocupação com o meio ambiente adveio dos danos causados principalmente pelo rápido crescimento econômico, ocasionado pela industrialização, do que decorreu também o maior uso predatório dos recursos naturais, sobretudo após a II Guerra Mundial (CMSMAD, 1991).

A importância de tratados internacionais como a Convenção sobre a Diversidade Biológica, a Convenção das Nações Unidas para Mudança do Clima e a Convenção de Combate à Desertificação, assinado na Rio 92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizado na cidade do Rio de Janeiro, teve grande repercussão mundial, uma vez que 178 Estados estavam presentes. Outros documentos como a Agenda 21, a Declaração de Princípios sobre Florestas e a Declaração do Rio também foram deliberações importante tomadas no evento (LEUZINGER, 2013).

Mais um marco importante que pode ser citado no desenvolvimento da preocupação com a grande degradação causada pelos países industrializados foi o Protocolo de Kioto, assinado por 38 países que se comprometeram a reduzir em 5,2% as emissões dos seis gases estufas mais importantes (DEBETIR, 2006).

Analisando o panorama histórico, o século XX foi para o Brasil, realmente o mais importante no sentido do surgimento e implantação de políticas públicas que levassem em consideração a preocupação com as condições ambientais (BENEDICTIS, 2007)

Já a Rio+20 Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no ano de 2012, na cidade do Rio de Janeiro não obteve o mesmo sucesso e os avanços na área ambiental foram praticamente nulos, já que assuntos de extrema importância no momento, como o clima e a biodiversidade nem entraram em pauta. (LEUZINGER, 2013).

Nesse momento histórico percebe-se que os problemas que foram descritos no Relatório Bruntland se apresentaram de forma mais iminente, ameaçados gravemente por esse padrão de crescimento ilimitado (ARRUADA, 2012).

Com isso, acredita-se que a evolução da questão ambiental no cenário internacional veio como consequência da clara percepção dos impactos causados pelo desenvolvimento desenfreado da população humana sobre os recursos ambientais, principalmente no que se refere aos grandes desastres ambientais relatados por todo o mundo (LEUZINGER, 2013).

A trajetória internacional e nacional em busca de maior proteção ambiental foi fundamental para que se organizasse uma ação mais efetiva de cuidado com a natureza e a biodiversidade. Aqui foram destacados, a partir do levantamento bibliográfico realizado, alguns marcos a este processo, passando pelo surgimento dos primeiros modelos de unidades de conservação e áreas protegidas, bem como considerando a constituição da categoria de Parque Nacional e sua disseminação pelo mundo. Chega-se, assim, à situação do Brasil, país que, como possuidor de uma das maiores biodiversidades do planeta, deveria privilegiar as ações de conservação e cuidado com o meio ambiente. Os quadros abaixo apresentam sínteses sobre os períodos históricos e as questões ambientais, tanto na perspectiva internacional quanto no caso do Brasil.

2.1.2 - Cenário Nacional e a questão da Gestão em Unidades de Conservação

A diversidade biológica brasileira é imensa, e é inegável a importância das inúmeras espécies endêmicas do Brasil, tanto as que já são destinadas aos mais variados usos, quanto daquelas cujo valor de uso ainda não se conhece, mas que se reconhece o valor de existência. A diversidade biológica brasileira se encontra nos diversos biomas brasileiros, englobando a Amazônia, o Cerrado, a Mata Atlântica, a Caatinga, o Pampa, o Pantanal Mato-grossense, cada qual sendo portador de uma grande diversidade biológica, que contribui para que o Brasil seja considerado como possuidor da maior diversidade biológica mundial, estimada entre 15% a 20% do número total de espécies do planeta (VASATA, 2008).

Em contrapartida, a preservação da biodiversidade gera serviços ambientais importantes, gera riqueza, valor econômico, paisagismo, científico, social e educacional (CATTO, 2006). Na busca por um roteiro histórico que direcione o entendimento da conservação e manutenção de áreas protegidas no Brasil é que entendemos como necessária uma reflexão que aborde desde a época colonial até os dias atuais.

No Brasil, o processo de degradação dos recursos naturais em uma escala ampliada se iniciou por volta de 500 anos atrás, quando aqui desembarcaram as grandes navegações, ainda que antes, os índios Tupinambás utilizassem a técnica de queimada na agricultura, causando relevante degradação (LEUZINGER, 2013).

Logo de início os portugueses iniciaram a exploração através da retirada em massa do pau-brasil que servia tanto para exportar quanto para construções das vilas e colônias, sendo o desmatamento a principal fonte de sustento dos primeiros ciclos econômicos. Ressaltam-se o caráter predatório do extrativismo representado pelos ciclos econômicos coloniais do pau-brasil, e posteriormente os impactos de desmatamento nos ciclos econômicos baseados no latifúndio e na monocultura, sejam associadas à produção de cana-de-açúcar, de café ou da pecuária extensiva (ANJOS, 2010). O uso generalizado do desmatamento e do fogo para a incorporação de extensas áreas para a agropecuária, resultou em profundas alterações da cobertura vegetal original, realidade que não ficou apenas no passado, tendo sido ainda mais intensificado nas décadas recentes (KLEINPAUL, 2005).

O próprio sentido da colonização europeia sobre o território brasileiro, como ressalta Caio Prado Jr. (1999), relacionava-se à exploração dos recursos naturais em

proveito da atividade mercantil exterior, considerando a natureza como “pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros” (PRADO JR., 1999, p.31) e lidando com ela de maneira extremamente brutal, danosa e impactante, fosse nas atividades extrativistas, na grande exploração agrária ou na mineração. Nos processos de implantação de novas culturas, as matas eram queimadas e devastadas, fosse para liberar as terras para o cultivo, fosse para ser transformada em lenha e servir de combustível. No trato da terra também não eram consideradas nenhuma técnica ou gestão que pudessem resultar na melhor eficácia de uso. Não havia, no período, qualquer cuidado ou preocupação ambiental com os resultados dessas ações a médio e longo prazo. Como afirmou Pádua (2002), vigorava a lógica da fartura da natureza exuberante e sempre disponível.

A primeira ação de conservação ambiental ocorrida na história do Brasil, em 1797, ocorreu através de Cartas Régias pela Coroa, que declaravam a propriedade de todas as matas existentes ao longo das margens do rio ou que desembocasse no mar (LEUZINGER, 2013). Já em 1799, o Regime de Cortes de Madeira e o “Regimento do Pau-Brasil” foi estabelecido como uma das primeiras leis florestais do país, e tinha por objetivo a redução dos impactos causados principalmente sobre o pau-brasil. Entretanto todos esses instrumentos utilizados tanto pela metrópole portuguesa quanto pelo império, tinham meta de conservação de recurso existente, porém não possuíam a delimitação de uma área para a preservação, o que determina o sentido das “áreas protegidas” (MEDEIROS, 2014).

Em 13 de junho de 1808 foi criado no Rio de Janeiro o primeiro Jardim Botânico do Brasil, decretado por D. João VI que este espaço teria seu direcionamento para a “aclimação de plantas tropicais e especiarias, vindas da Índia”. Neste mesmo período colonial, pode-se citar também a Ilha do Governador, localizada também no Rio de Janeiro e que era área designada à caça pela família real portuguesa (MEDEIROS, 2014, p.13).

Uma iniciativa de conservação da Mata Atlântica, que surgiu devido à grande exploração de madeira, principalmente na região Nordeste do Brasil, levou José Bonifácio de Andrada e Silva a sugerir a criação de um setor administrativo que tratasse da conservação deste bioma, suas matas e bosques, porém não foi implementada (DEBETIR, 2006).

Com a repercussão do estabelecimento do Parque de Yellowstone nos Estados Unidos da América e com os resultados obtidos pelo estudo realizado pelo Engenheiro André Rebouças, em 1876, intitulado “Parque Nacional”, surgiu então o interesse do Brasil de criar o seu primeiro Parque Nacional. Primeiramente, a ideia era da criação de um

parque nacional que se estenderia de Sete Quedas a Foz do Iguaçu e outro na Ilha do Bananal, porém a ideia não foi para a frente e as áreas não foram delimitadas. O primeiro Parque Estadual criado do Brasil foi o Parque Estadual da Cidade no Estado de São Paulo (DEBETIR, 2006; LEUZINGER, 2013; MEDEIROS, 2014).

Pode-se perceber que a partir deste momento já existe uma perspectiva preservacionista forte nos argumentos para criação de áreas protegidas, deixando pra trás aquela ideia utilitarista anteriormente imposta pela Coroa (LEUZINGER, 2013)

Para Ramos (2012), foi de Epitácio Pessoa, então presidente do Brasil no ano de 1920, a ação inicial de criar uma subcomissão que elaborasse um projeto que programasse uma legislação apropriada ao meio ambiente.

A situação das florestas nativas em todo o Brasil neste período histórico não era das melhores, pois sofria diversos impactos provocados pela extração de madeira e pelo avanço das fronteiras no sentido oeste do país. Foi então criado em, 1921, o Serviço Florestal Brasileiro que iniciou as pesquisas e estudos preliminares para sua organização que somente foram finalizados no ano de 1925 (DEBETIR, 2006).

A partir da Revolução de 1930, com a ascensão do presidente Getúlio Vargas à Presidência da República, o Brasil começou a passar por mudanças significativas no cenário social, uma vez que a revolução industrial e a urbanização chegaram com força, principalmente na região sudeste. É justamente nesse cenário que as forças dos mais diversos movimentos organizados em prol da conservação da natureza buscaram espaço e conseguiram influenciar a construção de uma nova política florestal e ambiental no Brasil (MEDEIROS, 2014).

O ano de 1934 foi importante, uma vez que ficou delimitado pela primeira vez na Constituição Republicana Brasileira, como um princípio fundamental, que direcionava seus esforços para a proteção dos monumentos de valor histórico e artístico e das belezas naturais. Foi nesse mesmo ano que foi criado o Código Florestal (Decreto 23793/1934), o Código das Águas (Decreto 24643/1934), o Código de Caça e Pesca (Decreto 23672/1934) e o decreto de proteção aos animais (Decreto 24645/1934) que apesar de não possuírem objetivos de conservação e delimitação de espaços protegidos, eram, de qualquer forma, medidas que visavam reduzir a exploração direta sobre esses recursos (LEUZINGER, 2013; MEDEIROS, 2014).

No Brasil, o primeiro parque nacional a ser criado foi o Parque Nacional de Itatiaia, no Rio de Janeiro, em 1937, apoiado pelo Código Florestal de 1934. Essa área foi fruto da

separação de uma área que já se encontrava inserida no Jardim Botânico do Rio de Janeiro e era utilizada para pesquisas. O Decreto de sua criação nº 1713, em 1937, deixa claro o interesse na conservação da área para fins científicos e turísticos (MEDEIROS, 2014). Menos de uma década depois, foi fundada a primeira unidade de conservação de uso sustentável do Brasil, registrada no ano de 1946, a Floresta Nacional de Araripe-Apodi no Estado do Ceará (DEBETIR, 2006).

Logo após a criação do Parque Nacional de Itatiaia, outros dois parques foram criados, um novamente no Rio de Janeiro, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, e o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, antigo desejo da comunidade sócio-ambientalista do Brasil. Infelizmente não houve continuidade na criação desses espaços, havendo uma lacuna nos anos seguintes, quando somente um parque e uma reserva foram criados em aproximadamente 20 anos (MEDEIROS, 2014; LEUZINGER, 2013).

A publicação do livro “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson bem como os graves acidentes ambientais que ocorreram na década de 1950 causaram uma inquietação internacional e nacional. Como consequência desta agitação, segundo Leuzinger (2012), na década de 1960 foram editados importantes mecanismos legais de proteção ambiental: em 1961, o Decreto nº 50.877/61 que discorria especificamente sobre o lançamento de resíduos tóxicos ou oleosos nas águas interiores e litorâneas, e em 1967, o Decreto nº 303, que instituiu o Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental.

As inovações tecnológicas da agricultura, que posteriormente se convencionou chamar de Revolução Verde, tiveram, no Brasil, um grande avanço entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970, avanço este financiado por mega incentivos governamentais, em especial o crédito fácil e barato. Dessa forma houve uma grande mudança no cenário agrícola nacional, tendo sido implantados pacotes tecnológicos e lógicas produtivas baseadas na química, na mecânica e na genética (SILVA, 1981, *apud* SAUER, 2009).

De acordo com Anjos (2010), a expansão da agricultura brasileira se fez, tradicionalmente, em um modelo de ampliação de fronteiras agrícolas. Tal modelo de desenvolvimento desenfreado trouxe muitas preocupações em relação à velocidade de degradação dos recursos naturais e principalmente destruição dos espaços e espécies nativas. No trato da terra também nada se fizera no sentido de melhorar o aproveitamento, restauração ou mesmo simples conservação das propriedades naturais do solo (PRADO JR., 1999, p. 136).

Em contrapartida ao dito “desenvolvimento”, este mesmo período foi marcado por forte ação na criação de unidades de conservação e na inserção de instrumentos legais de defesa do meio ambiente, que vai desde a criação do Decreto nº50.877/1961 que determinava o controle sobre o lançamento de resíduos tóxicos em águas doces e em águas litorâneas até a criação do Código Florestal em 1965 que previa a criação de unidades de conservação (parques nacionais e reservas biológicas) e criou o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, como autarquia responsável pela sua administração que vinculada ao Ministério da Agricultura, passando então a ter a responsabilidade de administrar as unidades de conservação. (MEDEIROS, 2014; LEUZINGER, 2013; 2012).

Outra determinação importante deste Código Florestal de 1965 foi a criação da reserva legal, que determinava o limite de 25% de vegetação nativa a ser preservada por propriedade, com os objetivos de manutenção dos recursos naturais foi expandido também o conceito de área de florestas de proteção ambiental (LEUZINGER, 2012; RAMOS, 2012).

Um importante salto na busca pela conservação ambiental foi a evolução do conceito de áreas de preservação permanente (APP) que passou a abranger áreas urbanas e rurais em proteção aos recursos hídricos, da paisagem, do fluxo gênico de fauna e flora, da biodiversidade, a proteção do solo e bem-estar das populações humanas.

Por conseguinte, em 1967 foi criada a Lei nº 5197/67 de Proteção à Fauna, conhecido como Código de Caça, mais um recurso legal que só foi possível graças à insistência de cientistas e conservacionistas e que garantiam uma segurança efetiva aos recursos de fauna, estabelecem a partir daí novos conceitos aos parques nacionais, reservas biológicas, florestas nacionais e parques de caça, atentando-se às deliberações do 1º Congresso Mundial sobre Parques Nacionais, ocorrido em Seattle, 1962. Neste instante, os Parques Nacionais despontavam, pela primeira vez na história do país, trazendo finalidade de promoção de atividades científicas, que acrescentaram bastante à capacidade potencial de conservação daquelas áreas (LEUZINGER, 2012; CASTRO, 2012).

No período de ditadura militar, foi possível perceber alguns ganhos obtidos no que se refere às questões ambientais, principalmente pela edição do Código Florestal de 1965, havendo também uma ampliação, neste período, da luta exercida pelos movimentos ambientalistas e organizações não governamentais. Mas, ao mesmo tempo, com a criação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e as grandes empreitadas ao oeste do país, aconteceram grandes problemas, havendo muita devastação ambiental, acarretando severos

impactos aos diferentes biomas do país. A Transamazônica, a Ponte Rio Niterói e a Hidrelétrica de Três Marias são bons exemplos de grandes projetos que trouxeram impactos significativos ao meio ambiente neste período.

Outra principal consequência da adoção desse modelo de desenvolvimento foi o êxodo rural: o campo brasileiro, que continha cerca de 70% da população nacional durante os anos 1950, passou a alocar menos de 25% nos anos 2010, tendo alcançado a incrível marca de 84,35% de pessoas morando em cidades segundo dados do IBGE. Conforme estudos da Organização das Nações Unidas (ONU), publicados em março de 2004, mais da metade da população humana viverá nas cidades nos próximos anos.

O período foi marcado por uma acentuação da disparidade de renda entre as regiões do país e pelo aumento do êxodo de populações rurais, determinando a expansão urbana acelerada e desordenada, ocasionando a ausência de infra-estruturas urbanas básicas (saneamento, educação, saúde, segurança, transportes, limpeza urbana etc.) para o grande contingente populacional advindo do campo e não integrado verdadeiramente à vida urbana, gerando aumento da exclusão social, da segregação e da pobreza endêmica fatores estes que só aumentaram a pressão sobre os recursos naturais.

Com a reunião de Estocolmo 1972, e a preocupação mundial em relação ao meio ambiente possibilitou a criação no Brasil da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior, no ano de 1973, que tinha por objetivo: o controle da poluição; conservação de ecossistemas e prevenção de extinção de espécies (LEUZINGER, 2012).

A continuidade deste processo deu origem a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), Lei nº 6.938/1981, primeira lei nacional que tratava especificamente do meio ambiente.

O estabelecimento de novas áreas protegidas de proteção teve o seu auge no período de 1970-1975, e desde então vem decrescendo, provavelmente porque as terras ainda existentes já tenham sido designadas para outros fins (MCNEELY, *et al.* 1994). Muitas áreas protegidas estão situadas em terras consideradas de pouco valor econômico (PRIMACK e RODRIGUES, 2001).

No Brasil, nesta mesma década, era recorrente encontrarmos políticas públicas que levassem em consideração a criação de unidades de conservação, como o caso do Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (PRODEPEF), entre 1975 e 1979. Para Ramos (2012), pareceu interessante perceber que a época considerada pela WWF, em 1991, como

a era do avanço do desmatamento sobre a Amazônia, foi também a época considerada do progresso dos Parques Nacionais na América do Sul.

A criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) ocorrida em 1981, pela Lei nº6.938 fortificou a antiga Secretaria do Meio Ambiente, ao passo que descentralizou à União, aos estados e aos municípios a responsabilidade e competências legais para a questão ambiental. Três anos mais tarde foi a vez do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que já tinha sua previsão de criação na lei de 1981, que possibilitou uma maior articulação da sociedade civil com o poder público e a tomada de decisões em relação a gestão ambiental (BENEDICTIS, 2007)

A pressão exercida pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) aos biomas naturais, que perdurou de 1975 a mais de uma década à frente, recebeu uma enorme carga de cobrança dos impactos ambientais causados pelas atividades de desenvolvimento como as grande construções de rodovias, barragens, mineração dentre outras. Foi então, que em 1986, com a proposição da Resolução CONAMA 001, de 23 de janeiro de 1986 que define impacto ambiental e outros conceitos a respeito do tema, bem como define os instrumentos de avaliação de impacto ambiental e determina a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e os respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) para as atividades previstas no seu Art. 2º “a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA em caráter supletivo.” (BENEDICTIS, 2007; CONAMA,2001).

Na sequência, a Constituição Federal de 1988 teve relevância como marco histórico da legislação ambiental, uma vez que foi a primeira constituição do país a se referir mais claramente sobre as questões ambientais. Neste documento fica dedicado todo um capítulo para o meio ambiente, em que podemos incluir a obrigação da recuperação de áreas degradadas, bem como delimitou o meio ambiente como um “bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”. Neste importante momento, foi estabelecido ainda um maior direcionamento na criação de unidades de conservação, já surgindo neste instante as categorias que seriam divididas pelos objetivos de cada unidade, podendo ser de proteção integral ou de uso sustentável (BENEDICTIS, 2007).

O ano de 1988 foi marcado pela proposição inicial de uma nova legislação que tratasse somente das Unidades de Conservação, documento encomendado pelo antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF. O projeto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC foi encaminhado para a Câmara dos deputados

somente em 1992 e sua tramitação ocorreu com a sinalização da Comissão de Constituição e Justiça e Redação (CCJ) e da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (CDCMAM) como comissão que iria analisar a proposta e então seguiria diretamente ao Senado (RAMOS, 2012).

Algumas leis importantes foram delimitadas neste meio termo de negociação do SNUC, como, a Lei Federal nº 9.433/97 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Lei Federal nº 9.605/98 que definia a Lei de Crimes Ambientais do país onde prevê sanções penais à crimes contra o meio ambiente (DEBETIR, 2006).

O texto consolidado foi publicado, com os respectivos vetos, estabelecendo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) criado pela Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000, em seu Art. 2º determina o conceito de Unidades de Conservação como sendo “o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000).

O SNUC divide as unidades de conservação em dois grandes grupos: as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. As do primeiro grupo não envolvem retiradas de materiais, danos ou destruição aos recursos naturais, ou seja, somente é permitido o uso indireto. Já as do segundo grupo, permitem a presença humana e o uso e manejo sustentável dos recursos naturais da área.

Para Catto (2006), a expressão uso sustentável utilizada pela primeira vez na legislação nacional foi proveniente das consequências do Relatório Brundtland, de 1987, que assim define: “o desenvolvimento sustentável procura atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidades de atendê-las no futuro (CMSMAD, 2006, p44)”.

A Lei 9.985/2000 do SNUC em seu Art. 2º, XI, define uso sustentável como “exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” (Art. 2º, XI) (BRASIL, 2000).

Das categorias de unidades de conservação, somente nas Estações Ecológicas e nas Reservas Biológicas que a visitação pública não é permitida, e ainda possui a ressalva de liberarem para atividades educacionais se assim dispuser o Plano de Manejo da unidade.

No caso dos Parques o turismo ecológico é aprovado bem como pesquisas científicas e desenvolvimento de atividades de educação ambiental, porém também devem respeitar as normas estabelecidas no Plano de Manejo (BRASIL, SNUC, 2000)

Para o quesito visitação pública, as unidades de conservação de Uso Sustentável em sua maioria são compatíveis com esse tipo de atividade, sendo que somente a Área de Relevante Interesse Ecológico que não faz atribuição a esse ponto, já a Reserva de Fauna, prescrita no Art. 14. Vonde a visitação estaria relacionadas com os interesses locais e Plano de Manejo.

Segundo Mazzei&Colesanti& Santos (2007), o que pode ser visto num panorama geral é a falta ou a desatualização dos Planos de Manejo, fator esse essencial para o descontrole das atividades realizadas dentro da unidade, como por exemplo, caça, pesca, extração de madeira, poluição, extração de minérios, impactos da visitação, o que pode ser causadora de significativos impactos ambientais causados pela presença humana.

Numa perspectiva interpretativa do SNUC (2000) os diversos objetivos estabelecidos para a categoria de Parques, como o objetivo básico que é a preservação de ecossistemas naturais e de grande beleza cênica e a visitação pública, por exemplo, necessitam de um delineamento preciso dentro de cada unidade, por meio da diferenciação de setores ou zonas para que possibilite que todos os objetivos da unidade sejam alcançados, esse processo é definido como zoneamento.

Foi a partir da criação deste mecanismo legal de preservação e conservação de áreas naturais tão importante para o país que houve um maior direcionamento do uso dessas áreas, bem como um maior esclarecimento sobre seus objetivos, diretrizes, categorias de unidades bem como esclarecimentos de conceitos e direcionamentos de manejo.

Nos anos seguintes tudo se manteve estabilizado, no período Fernando Henrique Cardoso as coisas quase não avançaram e ficaram no mesmo patamar até a entrada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que trouxe um olhar do “conservacionismo”, onde ocorre o gerenciamento dos recursos naturais para um benefício em um período máximo (BENEDICTIS, 2007). No ano de 2007 a gestão de todas as unidades de conservação federais passam a ficar a cargo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), substituindo assim o Ibama.

2.2. VITÓRIA DA CONQUISTA E SUAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O processo histórico e predatório de ocupação territorial da região de Vitória da Conquista não foi diferente do que aconteceu em outros lugares do Brasil. Orientado inicialmente pela substituição da floresta original por pastagens para o gado, posteriormente outras monoculturas foram sendo implementadas, em lugar das áreas verdes originais. Localmente destacaram-se a pecuária e depois, a partir de meados dos anos 1970, a monocultura do café. Os impactos sobre as florestas resultaram ainda de processos contínuos de crescimento urbano e aumento populacional, sobretudo no período mais recente, o que ocasionou um “inchaço” urbano descontrolado, acarretando um processo acentuado de degradação ambiental.

Originalmente ocupado pelos povos indígenas *imboré*, *kamakã*, *mongoió* e *pataxó*, (chamados de *tapuias* por seus inimigos *tupique* habitavam o litoral baiano), o território do Sertão da Ressaca foi conquistado pela guerra ao índio, que foi desferida, a partir de 1752, por militares portugueses, sendo a concessão da titularidade das terras desbravadas aos conquistadores a recompensa pelos serviços de combate aos índios prestados à Coroa (SOUZA, 2001). Deste processo resultou a dizimação dos nativos selvagens - com sua interação ambiental mais respeitosa-, desimpedindo o acesso do litoral para o sertão, conforme a política colonizadora da administração portuguesa. Uma vez “pacificado” o território, foi fundado o Arraial da Conquista, que mais tarde se transformaria em Vitória da Conquista, a jusante de um grotão úmido e florestado, com disponibilidade de nascentes de água potável (Rio Verruga), localizado na vertente sul da Serra do Periperi.

Segundo Oliveira *et al* (2003), a paisagem original do lugar, repleta de matas espessas e prados verdes, sucumbiu junto com os índios. Após as lutas dos colonizadores contra os índios, presente na gênese do município, houve uma transformação das diversificadas matas em pastagens, perdendo-se gradualmente a cobertura de floresta. A batalha final desta conquista dos desbravadores sobre os indígenas ocorreu num local que ficou conhecido como Batalha, que posteriormente se transformou num grande latifúndio. Neste lugar eram encontrados o Bebedouro da Onça (importante nascente da região) e a Serra do Periperi, sendo que este local se tornou propriedade de João Gonçalves da Costa, o fundador do Arraial. (SILVA, 2013)

Em um dos testemunhos mais remotos da região de Conquista, o príncipe Maximiliano von Wied-Neuwied, naturalista alemão em expedição científica ao Brasil no

século XIX, de passagem pelo lugar em 1817, assim descreveu a paisagem conquistense como sendo, então, repleta de florestas que, no entanto, foram posteriormente destruídas e quase inteiramente erradicadas:

A situação de Conquista não é desagradável, sobretudo porque, no fundo do vale, cercado de colinas suavemente inclinadas, avistam-se os flancos e os cimos destas colinas cobertas de matas. Numa das vertentes, sombreadas por umbrosas florestas, Conquista forma um retângulo alongado (...). As matas espessas que enchem toda a área em volta do retângulo, dão-lhe a aparência de um prado verde claro e tornam muito agradável o aspecto davila (WIED-NEUEWIED, 1989, p. 428).

A riqueza das florestas existentes originalmente na região também foi atestada em outros registros históricos, como a corografia O Município da Victória, de Tranquilino Torres [1859-1896], que fala de árvores imensas, provavelmente seculares, com troncos de grande perímetro de que se orgulhavam os habitantes locais:

Para avaliar-se a pujança da vegetação basta o seguinte fato; de um vinhático enorme cujo tronco 12 homens abarcaram, tirado no lugar do Bem-Querere, légua e meia da cidade, extraíram-se todas as peças para janelas e portas da igreja matriz. O lugar do vinhático ainda existe, é respeitado pela população (...). (TORRES, 1996, p. 39).

Para Oliveira *et al* (2006), tais fatos históricos atestam a existência de florestas e matas locais exuberantes e úmidas, que favorecia a existência de tais espécies, como aquele vinhático imenso, o que não mais se encontra na região. Havia, portanto, uma condição climática e ambiental totalmente diferente da atual, decorrente seja pelo acelerado processo de fragmentação florestal paulatina e constante, que levou à total eliminação e perda de espécies, seja pelo consumo predatório deliberado.

Das umbrosas florestas que circundavam a povoação original, restou apenas uma reserva de 170.000 m² no centro da cidade, a reserva do Poço Escuro, a que esta pesquisa se volta a estudar. Soares Filho (2000, p. 87) acredita que as descrições corográficas do século XIX demonstram que a Mata do Poço Escuro é um relicto de Mata Atlântica, que foi mais exuberante e mais úmida do que é na atualidade.

A região do Arraial da Conquista era conhecida, desde o seu surgimento, por ser uma zona de passagem, transição do interior para o litoral do país. Esse trajeto foi muito utilizado no comércio do algodão e da passagem de bois, que incrementaram positivamente a economia local, por volta de 1840, fator esse que foi determinante para a ascensão de Arraial à condição de Vila da Conquista. As preocupações que giraram em torno do

planejamento territorial também datam desta época, onde a preocupação eram os locais de instalação de becos, ruas e travessas, que tinham por objetivo disciplinar o crescimento da cidade levando em consideração à fonte de abastecimento de água possibilitada pelo Poço Escuro. (SILVA, 2013; MEDEIROS et al., 1985)

Segundo Silva (2013), nos anos do século XIX, o crescimento do núcleo urbano de Vitória da Conquista foi bem menos significativo que o do século seguinte e acompanhou a direção do Rio Verruga, que nasce no Poço Escuro. Lentamente as casa foram se espalhando e modificando a paisagem, e, ao longo do século XX, a ocupação urbana se fortaleceu e cresceu bastante.

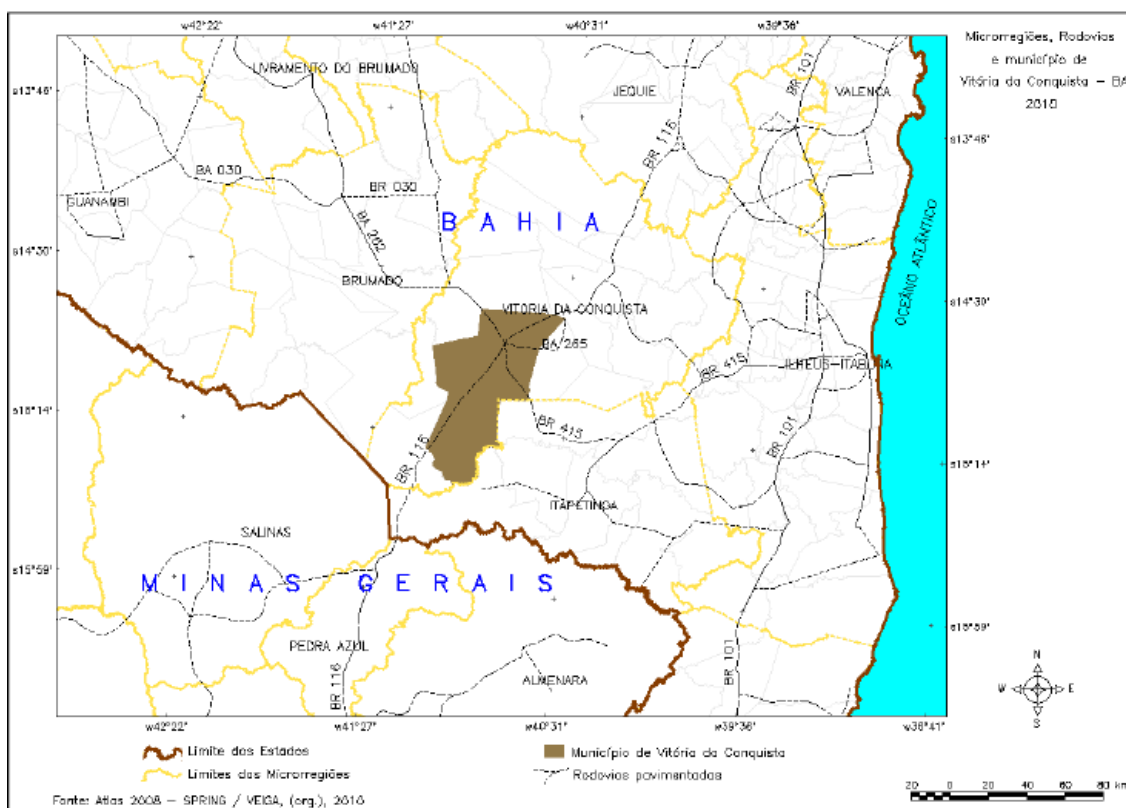
O padrão da ocupação histórica do território de Vitória da Conquista do século XX, baseado na substituição da cobertura vegetal nativa por pastagens, pode ser considerado o primeiro grande ciclo de degradação da área do município, e perdurou até a década de 1950. O destaque para as décadas de 1920 e 1930, quando a malha central da cidade era o principal foco de desenvolvimento e a cidade pouco se distanciava do centro, até a criação da rodovia que ligava a Vila da Conquista até a cidade de Jequié, onde se instalaram alguns loteamentos que consolidavam o crescimento à região norte (SILVA, 2013).

Na década de 1960, ocorreu a construção da rodovia BR-116, que além de causar severos impactos na sua construção, como a exploração de minério nas serras e descarte inadequado de entulhos. Sua construção expandiu significativamente o comércio da cidade, que passou a ser ponto central de transporte de cargas, uma vez que possui localização privilegiada.

Outro grande ciclo fez parte deste momento histórico de desenvolvimento da cidade na década de 1970 foi a cafeicultura, trazendo benefícios à estrutura físico-social da cidade, mas trazendo também degradação ambiental, com a inserção das tecnologias delimitadas pela revolução verde na época. Com a queda dos preços no cenário internacional, muitos produtores tiveram que abandonar o ramo. Atualmente a produtividade é bem menor do que na época mais relevante do café na região.

A construção de outras rodovias (Figura 1) como a BR-415 que liga Ilhéus/Conquista, a BR-101 e a BA-262 que faz ligação leste/oeste do estado e também passam pelo município o transformou num local chave de passagem de mercadoria e pessoas, o que possibilitou a cidade chegar a posição de terceira maior do Estado, referência regional em saúde, comércio e educação superior que atende também à região norte de Minas Gerais (BENEDICTIS, 2007).

FIGURA 1: Microrregiões, rodovias e município de Vitória da Conquista – BA – 2010



Fonte: VEIGA, 2010.

O crescimento da cidade passou a ser observado então em todos os sentidos, ou seja, a cidade cresce para todos os lados, pois possui importantes rodovias que ligam saídas para todos os sentidos, ocasionando um desenvolvimento nas regiões periféricas, o que atinge diretamente o Parque da Serra do Periperi, limite norte de crescimento da cidade.

Pensando em diminuir o trânsito de cargas pesadas dentro da cidade, os governantes resolveram construir um anel viário, ideia esta que surgiu na década de 1970, quando foi elaborado o primeiro Plano Diretor da cidade.

No ano de 2002, o Anel Viário foi inaugurado, e ele cruza com a BR-116, BA-265, BA-262 e proporciona acesso à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), o que facilita o trânsito de caminhões carregados (BENEDICTIS, 2007). Porém, acredita-se que não foi observada em sua construção a sua proximidade com as áreas do Parque Municipal da Serra do Periperi, uma vez que a mesma corta parte da área do parque. Além deste impacto direto da construção e descarte inadequado de resíduos é um problema ainda maior, o crescimento da população acompanha do desenvolvimento da rodovia, e começa a

ocupar uma nova área da unidade com a construção de casas, barracos e retirada de madeira para utilização de lenha, causando assim grande degradação, bem como podem ser observados em imagens realizadas no campo.

Esse processo de expansão da mancha urbana teve ainda um auxílio inegável, que foi o papel desempenhado pelos agentes imobiliários que, percebendo o grande potencial de expansão da cidade, aliavam forças para determinar um direcionamento para a ocupação das áreas desejadas. Assim, aos poucos a ocupação das áreas planas foi sendo direcionada para os empreendimentos mais caros, destinados às classes mais ricas, restando aos mais pobres ocuparem as áreas mais altas, avançando paulatinamente pela cumeeira da Serra do Periperi, acarretando a degradação da região (SILVA, 2013).

Mais recentemente, no século XXI, a cidade passou a fortalecer o oferecimento de serviços, constituindo o terceiro setor como o mais forte na produção econômica, associada também ao comércio. Assim, Vitória da Conquista se tornou um dos mais importantes centros do Estado da Bahia, polarizando inúmeros municípios tanto baianos quanto mineiros, constituindo-se como um grande centro de oferecimento de serviços, dos mais diversos ramos. O crescimento populacional foi enorme e a ele se associou um forte crescimento urbano, com abertura de novas avenidas, constituição de novos bairros, além de múltiplos empreendimentos imobiliários. Os impactos ambientais e o surgimento de problemas típicos das grandes cidades (como a violência e a poluição) também podem ser observados, em paralelo a este crescimento.

O município de Vitória da Conquista tem população de 306.866 habitantes (IBGE 2010), sendo 89% residentes em zona urbana, concentrando suas atividades no setor terciário. Ainda apresenta aquele caráter inicial de ser passagem entre lugares, e em sua área encontra-se um grande entroncamento rodoviário (BR 116, BR 415 e BA 262 e estradas vicinais).

2.2.1 - O Parque Municipal da Serra do Periperi e a Reserva do Poço Escuro

O problema da Serra do Periperi, que circunda o alto de grande parte da cidade de Vitória da Conquista se agrava quando se considera a situação de pobreza dos bairros do entorno à área e a precariedade da infraestrutura básica (ausência de esgotamento sanitário, de pavimentação e rede de drenagem pluvial). Tal realidade se assemelha às dos países pobres, em que os problemas ambientais decorrentes do processo de industrialização somam-se aos problemas básicos de infraestrutura, e o crescimento demográfico e a pobreza também contribuem para o processo de degradação ambiental.

A preocupação em torno da preservação da área da Serra do Periperi não é recente. Sabe-se que a cidade foi construída na localidade em que se encontra devido à disponibilidade de água potável, com várias nascentes se originando na serra e no Poço Escuro, mas os impactos decorrentes do crescimento da ocupação gerou a perda paulatina da cobertura vegetal. É antiga, portanto, a preocupação em torno da preservação desta área, o que demorou bastante para concretizar alguma ação. Como consequência, o desenvolvimento urbano acabou por interferir negativamente na conservação da área.

Como forma legal de preservação, o Código Florestal Brasileiro de 1965 foi o primeiro instrumento que possibilitou a conservação desta área. Os seus Art. 2 e Art. 3 restringiam o uso de áreas de nascentes em 50 metros de largura, estabeleciam limites para topos de morros e áreas de encostas com declividade superior a 45°. A sua aplicação protegia, assim, boa parte da serra como áreas de preservação permanente, já que as nascentes que formam o Rio Verruga se localizam no alto da serra, sendo que este rio se inicia na cidade.

O primeiro Plano Diretor Urbano da cidade de Vitória da Conquista, decretado em 1976 pelo Prefeito Jadiel Matos, até tentou estabelecer um controle sobre os direcionamentos da urbanização na cidade, mas, não conseguiu. Loteamentos continuaram a se espalhar por todos os lados da cidade, inclusive loteamentos sem licença e irregulares. Por outro lado, ocorreram invasões de áreas no alto da serra pela população mais pobre, que não tinha condições financeiras de comprar um terreno e passou a ocupar, com moradias, áreas da cidade que deveriam ser direcionadas à conservação, como é o caso da Serra do Periperi (BENEDICTIS, 2007).

De acordo com a mesma autora, na década de 1990 ocorreu uma intensificação do uso dos recursos naturais disponíveis na Serra do Periperi, a degradação partia da retirada

de areia, cascalho e pedras numa escala cada vez maior daquela área. Foi neste período histórico que a preocupação com a conservação da Serra do Periperi tomou força entre a sociedade, a comunidade científica e os órgãos públicos, resultando assim na sua proteção a partir do Decreto nº 8.696/96, que delimitava uma extensão de 500 hectares. O art. 2º do mesmo decreto deixava claro que a delimitação daquela área para proteção era uma forma de impedir as atividades de extração e em seu art. 4º promovia a Coordenação de Cultura à fiscalização da área tombada (SILVA, 2013; PMVC, 1998)

Apenas em 1998 é que foi assinado entre a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) um convênio que disponibilizou recursos para gestão e ampliação da área de 500ha para 1000ha e criação do Parque Municipal da Serra do Periperi (PMSP). Os recursos foram usados para instalações, equipamentos, materiais permanente, recursos humanos, dentre outros elementos de despesa voltados para o fortalecimento da ação de conservação. O Decreto 9.480/99 alterou mais uma vez a área, desta vez de 1000 para 1300 ha, tendo sido declarada a área como Unidade de Conservação do tipo Unidade de Proteção Integral, com o objetivo básico de preservação das condições naturais, admitindo somente o uso indireto dos seus recursos e a sua gestão passa a ser subordinada a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMA) (BENEDICTIS, 2007).

FIGURA 2. Área do Parque Municipal da Serra do Periperi / Vitória da Conquista.



Fonte: Laboratório de Cartografia e Fotointerpretação da UESB, 2004.

O último decreto leva em consideração importantes pontos que devem ser ressaltados, como: a área guarda importantes nascentes - como a do Rio Verruga, minadouros do Panorama, de Nossa Senhora Aparecida e do Bebedouro da Onça - , que são importantes fontes de preservação de recursos hídricos do município; dentro da área situa-se a Reserva Florestal do Poço Escuro, fragmento florestal de alta diversidade biológica. O Poço Escuro resguarda fauna silvestre regional e também vegetação nativa ameaçada de extinção, como é o caso do *Melocactusconoideus*. Neste sentido, observa-se ainda que o uso e ocupação inadequados da serra podem causar sérios impactos ambientais (PMVC, 1999).

Como requisito básico da criação da unidade de conservação do Parque Municipal da Serra do Periperi, ficou estabelecido a elaboração de um plano de manejo no prazo de 150 dias. Tomando-se por referência a legislação ambiental, o Art. 2º inciso XVII do SNUC define Plano de Manejo como

documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000).

Este plano de manejo teria por objetivo construir diretrizes básicas e regulamentação de zoneamento, visitação pública, relação com comunidade do entorno, criação de comitê de gestão da unidade bem como um plano de regulamentação fundiária. Observa-se que a participação da população residente no entorno seria um dos pilares da proposta do Plano de Manejo, porém este quesito parece não ter sido respeitado, segundo relatos da maior parte dos moradores dos entornos de parques (BENEDICTIS, 2007).

A participação da população nas discussões para elaboração, atualização e implementação do plano de manejo vem fortalecer o processo democrático no Brasil no que se refere à implantação de Unidades de Conservação. (CATTO, 2006, p.21).

Num panorama geral, muitas unidades de conservação do Brasil não possuem Plano de Manejo, utilizando assim de planos emergenciais que não são recomendados, principalmente no reduto urbano, onde há pressão de diversos lados para sua expansão (MAZZEI, COLESANTI e SANTOS, 2007). O Plano de Manejo do Parque Municipal da Serra do Periperi é uma realidade, e trás consigo algumas peculiaridades, como, relatado por Benedictis (2007), a construção de uma sede administrativa, de um núcleo de apoio

à pesquisa, de canais de drenagem, guarita e cercas, além de aquisição de veículos e de equipamentos importantes ao desenvolvimento do monitoramento, da fiscalização e da educação ambiental (tais pontos são confrontados, adiante, com os resultados desta pesquisa).

No Plano de Manejo do PMSP, foram criados alguns programas para serem acrescentados às atividades de gestão e de conservação da unidade, como o Centro de Triagem de Animais (CETAS), fundado em 2000. O CETAS é referência na reabilitação de animais silvestre no Estado da Bahia, promovendo a reintrodução destes em seus *habitats* naturais, buscando espaços que possam ser utilizados na soltura. De acordo com Silva (2013, p.98)

o CETAS tem cumprido um papel relevante na preservação e no povoamento da fauna nativa regional e nacional, reduzindo o alto índice de mortalidade de animais durante o tráfico e contribuindo para a construção de uma consciência preservacionista e para o desenvolvimento de estudos e pesquisas de diversas instituições.

O Plano de Manejo da unidade prevê também visitas acompanhadas de monitores capacitados que explanam o histórico socioambiental da área e as recomendações de educação ambiental para as visitas, por meio do Módulo de Educação Ambiental (MEA), que tem como objetivo principal “promover a conscientização através da mobilização da comunidade para o equilíbrio ambiental”. O MEA busca também a realização de palestras e atividades educativas em escolas e empresas, promovendo semanas temáticas e trabalhos junto a comunidade (SILVA, 2013).

O início das pesquisas científicas relacionadas à coleta de materiais vegetais, como levantamentos florísticos das espécies do Parque exigiu a construção do Herbário Sertão da Ressaca. Neste local, há um viveiro, com produção de mudas nativas, onde são realizados também testes de germinação e são produzidas exsiccatas das espécies locais coletadas e catalogadas, que somam um total de 39 até 2013 (SILVA, 2013).

O Horto Florestal, programa integrante do Plano de Manejo do PMSP é responsável pelo beneficiamento de sementes, bem como pela produção, em viveiro próprio, de mudas de espécies nativas e exóticas, que são distribuídas à população e utilizadas na arborização da cidade, bem como na recuperação de áreas degradadas na Reserva do Poço Escuro.

O Poço Escuro tem sido preservado desde a origem da cidade, provavelmente por abrigar, historicamente, os recursos hídricos que representaram a principal fonte de abastecimento de água da população conquistense até a década de 1970. Na mata do Poço

Escuro localizam-se as nascentes do rio Verruga (afluente do Rio Pardo), que desempenhou um papel fundamental no processo de implantação do arraial e de fixação da população, dando origem à cidade de Vitória da Conquista. Se a área do Poço Escuro foi preservada, inicialmente, pela existência das nascentes de água potável, posteriormente, ao final do século XX, o crescimento urbano passou a exercer impactos crescentes, ameaçando a integridade do fragmento florestal remanescente, tornando-se necessária a adoção de medidas legais como forma de garantir a sua manutenção.

FIGURA 3. Vista aérea da Reserva Florestal do Poço Escuro / Vitória da Conquista.



Fonte: Google Maps, 2013.

A alta diversidade biológica e a beleza da paisagem natural do Poço Escuro atraem o interesse de pesquisadores, estudantes e comunidades local e regional, num constante fluxo de visitação que precisa ser observado e analisado como mais um fator de impacto ambiental, devendo-se atentar para os limites da capacidade de suporte/carga da área. Por suas características ambientais, contendo espécies vegetais ameaçadas de extinção, a reserva do Poço Escuro tem funcionado como um laboratório natural para o

desenvolvimento de atividades didáticas e científicas sobre a biodiversidade local. Ao mesmo tempo, como uma agradável área de lazer para caminhadas e passeios, propicia momentos de tranquilidade em ambientes para contemplação da natureza, interrompidos, frequentemente, pela agitação de animais silvestres, aí reintroduzidos, como saguis, macacos-prego-do-peito-amarelo, preguiças, tamanduás, tatus, jabutis, jiboias, araras e outras aves.

O Poço Escuro tem sido utilizado por muitos anos para a visitação pública com vistas à educação ambiental de diversos níveis escolares, para pesquisas científicas e para recreação, porém, a visitação está suspensa neste momento por conta da violência no local, o fato de estar situado entre dois bairros de baixa renda da cidade e o descaso da gestão pública são problemas que acarretam a essa situação.

2.3. PESQUISA E CONSERVAÇÃO EM ÁREAS URBANAS PROTEGIDAS

Com a capacidade de proporcionar maior qualidade de vida a população, as unidades de conservação urbanas assumem grande importância para a sustentabilidade. Pela necessidade de estabelecimento de dinâmicas de uso e ocupação específicas, as áreas protegidas inseridas no meio urbano significam uma importante estratégia no controle territorial. Elas pressupõem uma valorização dos recursos naturais nelas existentes e também a percepção da necessidade de conservação de biomas, ecossistemas e espécies (BONDI, 2012).

Percebe-se que conservação dos recursos naturais no meio ambiente urbano é um serviço essencial à melhoria da qualidade de vida dos seres vivos. Dessa forma, um ambiente equilibrado proporciona grande variedade de serviços ambientais, que muitas vezes não são valorizados ou nem mesmo reconhecidos, como a proteção dos recursos edáficos e da água, o controle microclimático, a ciclagem de materiais vegetais e a produtividade dos ecossistemas que fornecem produtos animais ou vegetais (PRIMACK e RODRIGUES, 2001).

Nesse sentido é que se percebe que não é possível instalar qualquer unidade de conservação no meio urbano sem que seja efetuado um estudo das características específicas do meio físico e uma análise das decorrências da constante presença humana. Essas considerações são determinantes quando se busca os objetivos dessas áreas protegidas, para que não haja nenhuma divergência de interesses da política e gestão municipal (BONDI, 2012). Ainda de acordo com a mesma autora, no ambiente urbano, as unidades de conservação mais recorrentes são os Parques Naturais Municipais, os Parques Municipais, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), as Áreas de Proteção Ambiental (APA), os Monumentos Naturais Municipais, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), dentre outras. Além das áreas de preservação permanente.

A partir dessas reflexões, é possível afirmar que as unidades de conservação do meio urbano - em especial os Parques Nacionais, Estaduais e principalmente os Municipais-, em conjunto com as APPs e outras categorias de áreas protegidas, devem ser pensadas com vistas à preservação ambiental, para que realmente possam acarretar uma maior sustentabilidade às cidades (BONDI, 2012).

Algumas características em comum podem ser observadas entre os diferentes tipos de unidades de conservação no país, como a falta de um manejo ou gerenciamento eficaz, com pouca fiscalização e com um uso excessivo das áreas do entorno que delineiam impactos às características naturais daquela área. Nas unidades de conservação inseridas em áreas urbanizadas, é essencial que exista uma relevância nos estudos voltados para a interação entre a unidade e as áreas de vizinhança (MAZZEI, COLESANTI e SANTOS, 2007). Diferentemente das áreas de conservação alocadas no meio rural, as unidades de conservação no meio urbano ordenam novos parâmetros no que dizem respeito aos recursos naturais e culturais, sendo necessário, então, a constituição de sentidosamplos de importância para a preservação daquela área, para que possa contrapor-se às adversidades presentes no meio urbano, que é em si hostil à natureza.

As unidades de conservação de proteção integral, situadas em áreas urbanas, são, em praticamente todos os casos, impactados severamente, independentemente do porte da cidade ou dos órgãos gestores. Em alguns casos, consegue-se, através de políticas públicas eficazes, a diminuição destes impactos, mas é frequente o registro de perturbações regulares, como incêndios, captura e caça de animais silvestre, invasão de espécies de fauna doméstica, vandalismo de equipamentos de uso público, descarte inadequado de resíduos de vários tipos, dentre outros (SOUZA, 2011).

Esse tipo de impacto pode ser entendido como conflito de uso e muitas vezes a população tem sido a principal culpada, o que nem sempre é verdade, fatores como a falta da participação da comunidade na elaboração do plano de manejo e na sua implementação são cruciais para esse conflito, às formas como o órgão gestor gerencia esta unidade, a infraestrutura básica dos bairros do entorno bem como a educação ambiental desta população também incrementam esse conflito.

De acordo com Cattaneo (2004, p.65, *apud* SOUZA, 2011), fica claro que este modelo de unidades de conservação tende a dicotomizar homem e natureza. Neste sentido, se evidenciam as distâncias entre elementos naturais e humanos (sociais/urbanos). As finalidades estabelecidas para essas unidades, quando se tornam áreas protegidas e ambientes destinados à conservação nem sempre são percebidas claramente pelas comunidades do entorno. Mesmo estando inseridas num ambiente totalmente urbanizado, a maior parte das finalidades estabelecidas para estas áreas não consideram os interesses e necessidades das populações urbanas que as cercam, o que gera constantes conflitos.

A discussão em torno da problemática entre Unidades de Conservação (UC) e populações urbanas deve levar em conta a necessidade de conservação da biodiversidade e das características naturais do local, sem dúvida. No entanto, deve-se pensar em possibilitar formas de integração e envolvimento das comunidades vizinhas com as áreas protegidas, como, por exemplo, opções de lazer para as pessoas, respeitando-se, claro, o Plano de Manejo da Unidade. De forma que possa haver uma boa relação entre as partes envolvidas, o poder governamental e suas respectivas políticas públicas e a população de moradores dos bairros vizinhos e a sociedade de Vitória da Conquista como um todo.

Outra importante relação entre a visitação e a sustentabilidade daquela unidade é a possibilidade de contribuição para a manutenção que poderia vir a ser cobrada por visitante, que incluiria os serviços de guarda parque e educação ambiental (MAZZEI, COLESANTI e SANTOS, 2007).

Para Almeida e Almeida (2012), uma ótima forma de buscar a integração de uma unidade de conservação com o seu entorno, por exemplo, pode ser através da contratação de guarda-parques locais, buscando-se um desenvolvimento associado que possibilite atingir os objetivos da unidade de conservação, e, ao mesmo tempo, uma participação social.

No entanto, tais princípios não se aplicam, a princípio, à Reserva do Poço Escuro, pois a mesma enfrenta dificuldades sérias no que diz respeito à segurança necessária para a visitação. A região em que está inserida vivencia problemas de violência urbana e na própria mata já aconteceram episódios relacionados a este problema. O que pode ser visto na unidade em questão é bem diferente do que deveria ocorrer. No caso, não existe a possibilidade de visitação rotineira, pois a violência no local é tão grande que causou a suspensão das atividades de visitação em 2014. Para o próprio desenvolvimento das atividades desta pesquisa, foi necessário o apoio policial nas coletas realizadas em campo.

Segundo o MMA (2012), as Áreas de Preservação Permanente (APP) foram instituídas pelo Código Florestal (Lei nº 4.771 de 1965 e alterações posteriores) e consistem em espaços territoriais legalmente protegidos, ambientalmente frágeis e vulneráveis, podendo ser públicas ou privados, urbanos ou rurais, cobertos ou não por vegetação nativa. A sua manutenção no meio urbano possibilita a valorização da paisagem e do patrimônio natural e construído (de valor ecológico, histórico, cultural, paisagístico e turístico). Esses espaços exercem, do mesmo modo funções sociais e educativas relacionadas com a oferta de campos esportivos, áreas de lazer e recreação, oportunidades

de encontro, contato com os elementos da natureza e educação ambiental (voltada para a sua conservação), proporcionando uma maior qualidade de vida às populações urbanas (BIONDI, 2012, p. 162).

A criação dessas áreas protegidas atualmente se configura como a melhor alternativa de conservação da natureza no meio urbano, fomentando o conhecimento desse ambiente totalmente complexo e subsidiando a gestão dos planos de manejo das áreas referidas. Porém, claramente nem todos os problemas serão solucionados com a inserção ou criação dessas áreas nesse ambiente, não podendo solucionar as falhas humanas, sendo assim, é necessário.

Da mesma forma, há a necessidade de um maior direcionamento nas políticas públicas por parte do governo, para que seja possível atingir um ordenamento territorial que contemple esforços da comunidade e dos setores públicos e privados. Além disso, é importante que exista um direcionamento maior em relação ao gerenciamento das unidades, que na maioria das vezes não cumpre com suas funções sociais e ambientais (VALLEJO, 2002).

Nesta pesquisa, a percepção ambiental dos sujeitos que vivem no entorno do Poço Escuro (ou circulam cotidianamente por ali) foi considerada como um fator importante para compreender a relação entre a reserva e a vizinhança, que interage direta ou indiretamente todos os dias com o fragmento florestal em análise. A obtenção destes dados aconteceu por meio da aplicação de um questionário, aplicado segundo princípios éticos e cordiais, com o pesquisador procurando manter uma postura imparcial, seja cordial, deixando os entrevistados à vontade para expressarem livremente seus pontos de vista.

Costa e Maroti (2013) argumentam que a percepção ambiental se torna uma ferramenta necessária nos estudos ambientais, possibilitando uma discussão de caráter interdisciplinar. Por outro lado, também permite que sejam conhecidos os pontos de vista dos indivíduos, que percebem e reagem à reserva por diferentes óticas. Utilizar mecanismos para compreender estas percepções é um fator que possibilita uma melhor compreensão das inter-relações entre o meio ambiente e o homem naquele local.

De acordo com Guimarães (2011), de maneiras diversas as pesquisas efetuam coletas de dados e discutem seus resultados sobre percepção ambiental, o que auxilia nas tomadas de decisão que busquem a manutenção e a conservação da qualidade de vida dos habitantes das áreas urbanas próximas à área de preservação. Neste caso, os habitantes dos

bairros Guarani e Petrópolis, que fazem fronteira com a reserva do Poço Escuro, integrante do Parque Municipal da Serra do Periperi, em Vitória da Conquista, Bahia.

Segundo Varella (2013), a percepção é a resposta da consciência do ambiente pelo homem, ou seja, interpretação dos fenômenos externos, percebendo o mundo a partir de sua interação com ele, possibilitando assim, diversas percepções diferentes a partir da cultura e da experiência de cada indivíduo. Já Costa e Maroti (2013) afirmam a percepção ambiental como uma autodefinição do ambiente que está localizado.

Nesta mesma linha de raciocínio, Varella (2013) afirma que a percepção ambiental tem se estabelecido como um importante instrumento para compreensão das interações entre homem e ambiente, individualmente ou em grupo. O autor acrescenta ainda que a realidade exposta no estudo de percepção ambiental parte da visão do indivíduo da sua realidade local, fazendo parte da subjetividade de cada sujeito, o que podem ajudar claramente na busca pela minimização de conflitos, e instigar a valorização dessas áreas.

Na atualidade, as unidades de conservação, principalmente as unidades de conservação urbanas, como a que foi aqui estudada, funcionam para proteção da grande biodiversidade encontrada no Brasil, além de funcionar para proporcionar o contato do ser humano com a natureza, o que tem sido difícil de encontrar nas médias e grandes cidades.

Porém, apesar de autores como Varella (2013) afirmarem que destes momentos decorrem contatos muitas vezes superficiais, deles decorrem um maior envolvimento das pessoas com a natureza. Esta vinculação precisa ser fortalecida, para que se evitem tantos descuidos e problemas verificados nestas áreas de conservação. Verificou-se, por exemplo, uma séria falta de recursos humanos de muitas unidades de conservação, no que se insere a Reserva do Poço Escuro, que se encontra praticamente abandonada pela gestão pública.

As Unidades de Conservação, além de resguardarem os recursos genéticos e ser fonte de lazer, possibilitam também a aprendizagem e sensibilização das populações que a cercam, a respeito das incertezas ambientais. “Fundamental para o sucesso desse processo é adequar o programa às percepções diferentes de cada grupo.” (JACOBI, 2004, p.1)

Neste sentido, a compreensão da percepção das comunidades do entorno de uma Unidade de Conservação sobre a importância e o valor da mesma possibilita avaliar qual o modo de intervenção da população sobre a área e como ela é comprometida por essa dinâmica, considerando que “as UC não podem ser vistas como limitantes ao desenvolvimento do entorno, mas como promotoras de qualidade de vida para a sociedade.” (VARELLA, 2013, p.2).

Diversas são as formas de se estudar a percepção ambiental: por meio de questionários, mapas-contorno, mapas-mentais, representação fotográfica etc. Existem ainda trabalhos em percepção ambiental que buscam não apenas o entendimento do que o indivíduo percebe, mas promover a sensibilização, bem como o desenvolvimento do sistema de percepção e compreensão do ambiente. (COSTA & MAROTI, 2013, p. 2381).

Assim, compreender as maneiras pelas quais a população do entorno e os visitantes percebem a Reserva do Poço Escuro pode contribuir para a compreensão de sua realidade. Espera-se que os resultados desta pesquisa possam auxiliar na gestão ambiental do fragmento florestal urbano mais importante do município.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desde muito tempo os humanos exploraram os recursos naturais para garantirem sua sobrevivência. Enquanto as populações humanas se distribuía em pequenos números e não possuíam técnicas avançadas de coleta de alimentos, podiam utilizar-se da natureza de maneira sustentável, sem levar as espécies à extinção. Porém, na medida em que a população humana foi crescendo, o uso dos recursos naturais se intensificou numa escala desproporcional à capacidade de recuperação dos ecossistemas. Autores como Primack e Rodrigues (2001, p. 128) indicam que os danos aos ambientes decorrentes das atividades humanas incluem a redução ou mesmo a extinção de muitas espécies, interferindo nos ciclos 'normais' de extinção de espécies e de populações que aconteciam como decorrência de processos naturais.

Os problemas relacionados à conservação da biodiversidade se tornaram, nos últimos anos, desafios que precisam ser amplamente discutidos, principalmente no que se refere à elevada ação antrópica que ocorre em todos os ecossistemas naturais e que provocam inúmeras perdas. Muitas são as consequências dos impactos decorrentes das ações antrópicas no planeta e a própria fragmentação desses ecossistemas é um demonstrativo desta realidade. Assim, florestas foram sendo transformadas, ao longo do tempo e da história humana, em pequenos remanescentes florestais com altas taxas de perturbação, isolados, pouco protegidos e na maioria das vezes com suas características intrínsecas desconhecidas, sendo que a maior parte se encontra na forma de fragmentos florestais (VIANA, 2008).

O que acontecerá com as espécies que existem no planeta ainda é um mistério, uma vez que a perda considerável de biodiversidade ultrapassa em muito a capacidade evolutiva da Terra, que se torna altamente vulnerável às intensas modificações causadas pelo desenvolvimento da humanidade (CATTO, 2006), realidade essa que leva a uma preocupação com a própria sobrevivência do planeta e das espécies, inclusive a humana.

A aglomeração crescente da população nos centros urbanos tem ocasionado grandes intervenções nos sistemas naturais, modificando a paisagem e alterando o uso do solo. O crescimento urbano acarreta transformações nos ecossistemas locais, a diminuição progressiva da qualidade de vida e o aumento de problemas ambientais de diversas ordens,

desde desmatamento e perda da cobertura nativa até poluição e contaminação do ar, do solo e dos recursos hídricos.

O modelo de crescimento das cidades, destituído de um planejamento e de uma gestão voltada para a sustentabilidade ambiental, pouco a pouco vai implicando na diminuição da capacidade de suporte e de regeneração do meio ambiente, com problemas crescentes decorrentes dos impactos ambientais urbanos, como o aumento de impermeabilização do solo, da poluição e da perda de cobertura vegetal.

O crescimento demográfico e o desenvolvimento socioeconômico são frequentemente acompanhados de rápido aumento do uso dos recursos solo e água, nos setores industrial, doméstico e da produção de alimentos. O rápido crescimento das cidades tem provocado a deterioração dos recursos naturais locais, como a degradação da vegetação nativa, a deterioração da qualidade das águas por poluição, e, conseqüentemente, o comprometimento da qualidade de vida urbana (RAMOS, 2010).

Percebe-se que nas últimas décadas ocorreu uma erosão genética enorme, com a diminuição da biodiversidade em diversos biomas do planeta Terra. O Brasil, bem como os outros países localizados no hemisfério sul foram os mais afetados (CATTO, 2006). A diversidade biológica do território brasileiro engloba a Amazônia, o Cerrado, a Mata Atlântica, a Caatinga, o Pampa, o Pantanal Mato-Grossense, e uma enorme variedade de biomas e paisagens, como florestas subtropicais, campos, savanas, faixas costeiras extensas, mangues, cada um possuidor de uma mega diversidade biológica que se diferencia entre si e que possibilita ao Brasil ser considerado como o possuidor da maior diversidade biológica do mundo, sendo calculado como tendo o percentual de 15% a 20% do número total de espécies do planeta (VASATA, 2008).

A fragmentação de habitats ameaça a diversidade de espécies de diversas formas, podendo limitar o potencial de dispersão e colonização de uma espécie, o que pode provocar uma redução da re-colonização e conseqüente sobrevivência dessa espécies, sendo assim muitos fragmentos isolados deixarão de ser colonizados por muitas espécies. Neste sentido, compreende-se que “novas espécies deixarão de chegar até o local devido a essas barreiras de dispersão, e o número de espécies por fragmentos de habitats diminuirá com o passar do tempo” (PRIMACK, 2001. p. 99).

Para preservar e garantir o acesso das futuras gerações a esses recursos, o Brasil necessita urgentemente de ações que levem ao planejamento do uso adequado das terras, como assinala Ramos (2010).

Os fragmentos florestais, sendo muitas vezes pouco estudados e historicamente desconsiderados pelas práticas de conservação, têm sido, cada vez mais, objeto de interesse científico, a partir da constatação de que concentram grande parte da biodiversidade.

Após um longo percurso de discussões e elaborações, com diferentes enfoques e prismas, que orientaram pensamentos e ações relacionados à conservação de áreas naturais, chega-se a um momento em que conservação da biodiversidade através da criação de Unidades de Conservação torna-se uma estratégia de preservação de grande importância.

Com o objetivo de identificar a situação da gestão da Reserva do Poço Escuro, reserva florestal mais importante do Parque Nacional da Serra do Periperi e da cidade de Vitória da Conquista, é que foi desenvolvidas as atividades do percurso metodológico previsto, com pesquisa de campo e levantamento de dados, que foram compilados e aqui analisados. Esta busca de compreensão desta realidade local pretende também servir de subsídio para futuras tomadas de decisões a respeito da situação desta relevante área florestada que. De antemão, afirma-se que, durante o período da pesquisa, foi observado que a Reserva do Poço Escuro encontra-se funcionando em condições mínimas, sem a infraestrutura necessária a sua ampla proteção, como será exposto a seguir.

Buscando uma forma de compreensão da condição atual de conservação e manutenção da Reserva do Poço Escuro, foram desenvolvidas ações que puderam abarcar tanto aspectos relacionados ao plano institucional e legal da área quanto ao levantamento das informações sobre a realidade local, como a coleta de informações *in loco* e a aplicação de questionários com a população. Verificou-se haver um contraste entre o que está descrito nos textos institucionais e a realidade encontrada: há uma discrepância entre o fato de ser uma área preservada por Leis Federal (Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000 - SNUC) e Municipal (Código Municipal de Meio Ambiente, Decreto nº 8.696 de 1996, Decreto nº 9.480 de 1999.) e do outro a real situação de conservação desta unidade, bastante precária, o que será objeto de discussão neste capítulo.

Com base nos dispositivos legais encontrados no Art. 23, § 1º do Código Municipal do Meio Ambiente de Vitória da Conquista, a Reserva do Poço Escuro, criada pelo Decreto nº 8.696 de 1996, é uma Unidade de Conservação, com sua área totalmente inserida no Parque Municipal da Serra do Periperi que, por sua vez, foi instituído pelo Decreto nº 9.480, de 1999.

Esta área insere-se, sob o ponto de vista da proteção ambiental, também em outra grande área, equivalente à 115.644 m², declarada para preservação da espécie

Melocactus conoideus, espécie endêmica integrante da lista de espécies ameaçadas de extinção da IUCN International Union for Conservation of Nature (União Internacional para a Conservação da Natureza), nos domínios do parque acima referido.

Nesse sentido, a partir do ano de 1999 a Reserva do Poço Escuro tornou-se uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, respaldada pela Lei nº 9.985 do SNUC, o que, a partir do Art. 11º §4, a coloca no patamar dos Parques Estaduais e Municipais, ao afirmar que “as unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal”.

Ainda de acordo com o Art. 11º da Lei do SNUC, os Parques Municipais terão, obrigatoriamente, que desapropriar as áreas particulares inseridas em seus limites, normatizar através do seu Plano de Manejo as orientações de visitação, bem como sua gestão e administração, avaliar juntamente com o órgão responsável a autorização das pesquisas científicas na área. Observa-se que, assim como previsto em lei, esta pesquisa foi expressamente autorizada pela Secretaria do Meio Ambiente de Vitória da Conquista e pela Gestão do Parque Municipal da Serra do Periperi.

Os resultados da pesquisa de campo - realizada com os diferentes setores de gestão da área e funcionários e com os moradores da zona limítrofe da Reserva do Poço Escuro - responderam aos questionamentos propostos para a pesquisa, sendo, assim, alcançados os objetivos propostos para o estudo.

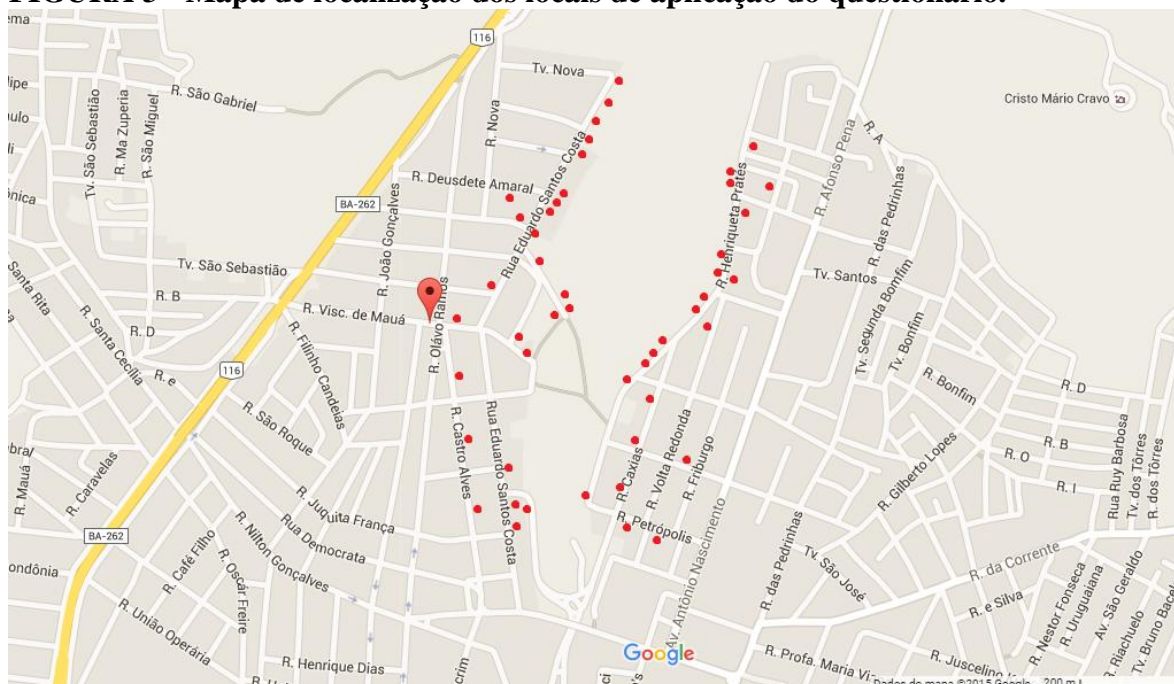
Os resultados e as discussões aqui expostos são relativos às experiências vividas no campo, baseando-se também, além do suporte das observações técnicas locais, em imagens coletadas, em registros de áudio gravados com alguns moradores antigos e com o questionário adaptado para a realidade local, da interpretação de tudo isso e da elaboração de gráficos e tabelas.

Para Viana e Pinheiro (1998), o tipo de ocupação que ocorre no entorno dos fragmentos florestais são determinantes para a sua conservação. No caso da Reserva do Poço Escuro, onde a ocupação urbana é a principal causadora dos impactos locais negativos sobre a mata, as informações sobre infraestrutura dos bairros vizinhos se tornam importantes para as questões discutidas.

De acordo com metodologia proposta pela equipe de pesquisa, foram aplicados questionários apenas junto a moradores das ruas mais próximas da Reserva do Poço Escuro, uma vez que estes podem falar com maior precisão sobre a relação cotidiana com aquele espaço, afirmações essas que vão nos possibilitar traçar o quadro da relação

socioambiental ali existente. No esquema abaixo, pode-se perceber os locais de aplicação, situando-os no mapa do entorno da Reserva: os pontos vermelhos representam os locais em que os questionários foram aplicados.

FIGURA 3 - Mapa de localização dos locais de aplicação do questionário.



Fonte: Elaboração própria sobre imagem do Google Maps (2015).

A seleção dos entrevistados foi feita com o critério único de estarem entre os horários das 8:00 às 12:00h, às portas de suas casas (nas ruas no entorno imediato da Reserva, conforme pode ser verificado no mapa apresentado), durante os sábados do mês de setembro de 2015. Observa-se que a escolha das manhãs dos dias de sábado visou contemplar o encontro em uma situação intermediária, entre o dia de semana e o domingo. O pesquisador, estando devidamente identificado, percorreu a pé as ruas indicadas e procurou se aproximar dos moradores que estavam em frente às casas em que residem, solicitando autorização e aplicando os questionários (ao todo foram aplicados 47 questionários).

São apresentados e comentados, a seguir, alguns dados decorrentes destas entrevistas (dados socioculturais como idade, tempo de moradia na residência, sexo, escolaridade etc.), bem como dados relacionados à infraestrutura das ruas. Sobre o ponto de vista da idade (Gráfico 1), a maior parte estava na faixa etária dos 41 aos 50 anos, ressaltando-se, no conjunto, um perfil etário mais avançado no geral. Esta situação, apesar de não ter sido intencional, resultou construindo um perfil maduro ao público entrevistado,

o que foi interessante à pesquisa. Sob o ponto de vista da divisão por sexo, a grande maioria dos entrevistados eram homens (Gráfico 2). A escolaridade verificada (Gráfico 3) entre os entrevistados é baixa, sendo que a grande maioria não estudou ou estudou apenas até as classes iniciais (67%). Ressalta-se o fato de que se tratam de bairros populares, em que reside população de classe média-baixa ou baixa.

Gráfico 1 - Faixa Etária dos Entrevistados na Pesquisa de Campo

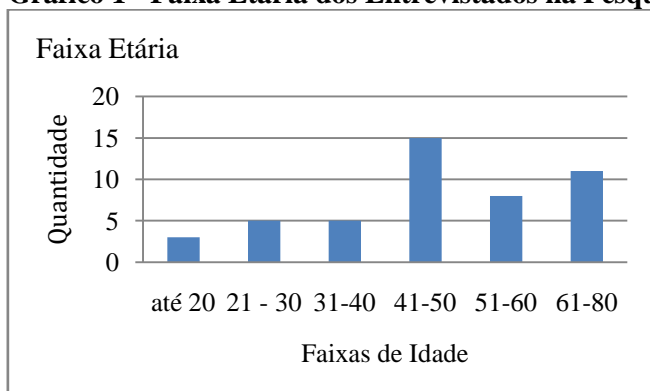


Gráfico 2 - Divisão dos Entrevistados por sexo

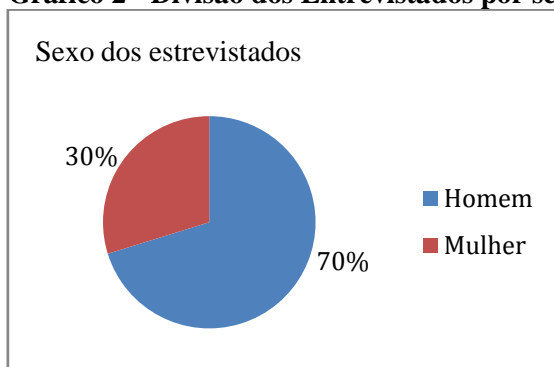
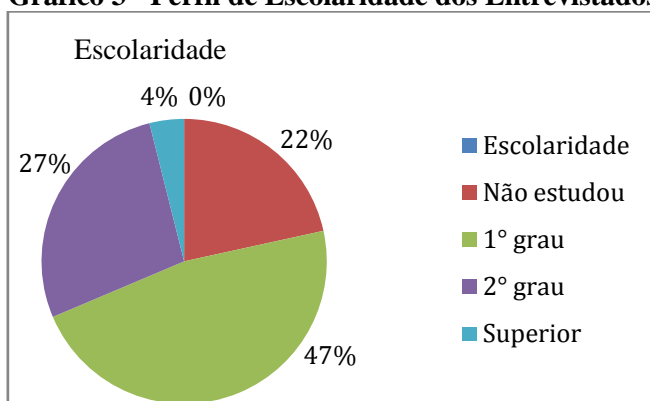
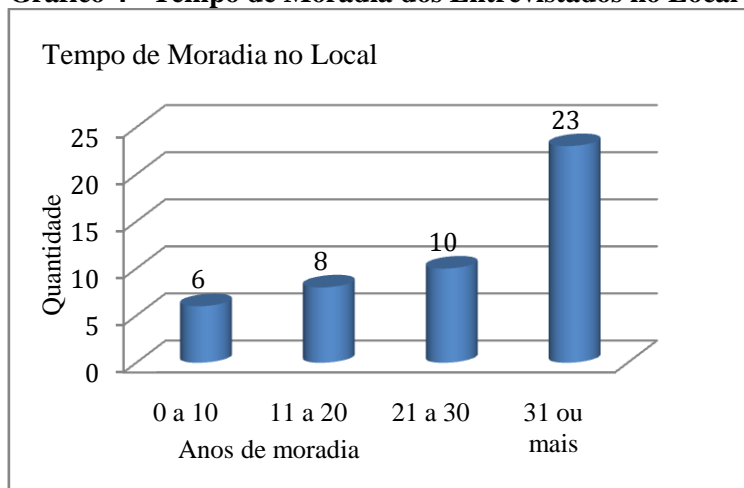


Gráfico 3 - Perfil de Escolaridade dos Entrevistados



Foi interessante, aos propósitos da pesquisa, o fato de que mais da metade dos entrevistados eram residentes destes locais há muito tempo (Gráfico 4), chegando-se a um percentual de 87% de entrevistados com moradia local há mais de 11 anos, e 49% residindo no lugar por mais de 31 anos, o que torna evidente a consolidação da vizinhança à reserva.

Gráfico 4 - Tempo de Moradia dos Entrevistados no Local



Considerando-se as respostas às entrevistas, é expressivo o grau de conhecimento sobre a Reserva (Gráfico 5), bem como o fato de que a imensa maioria (94%) afirma já haver adentrado na mata do Poço Escuro em algum momento (Gráfico 6). No entanto, em contraposição a estes fatos, um percentual alto de entrevistados (73%) afirma não utilizar de maneira alguma a Reserva do Poço Escuro (Gráfico 7), o que demonstra um afastamento real entre os moradores do entorno e a Reserva.

Gráfico 5 - Conhecimento do Entrevistado sobre a Reserva do Poço Escuro

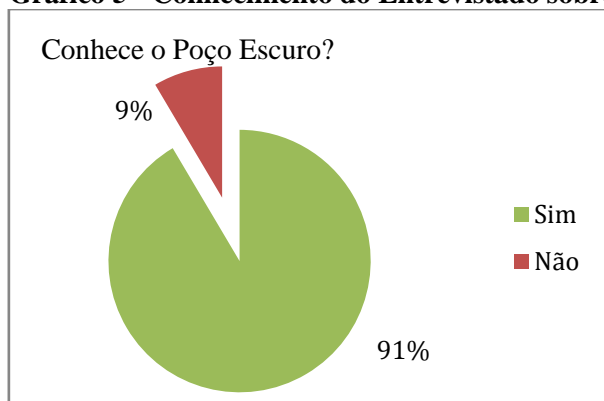
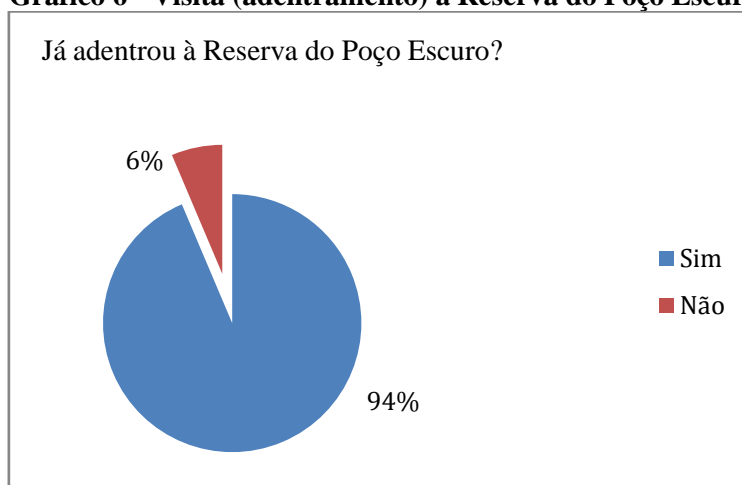
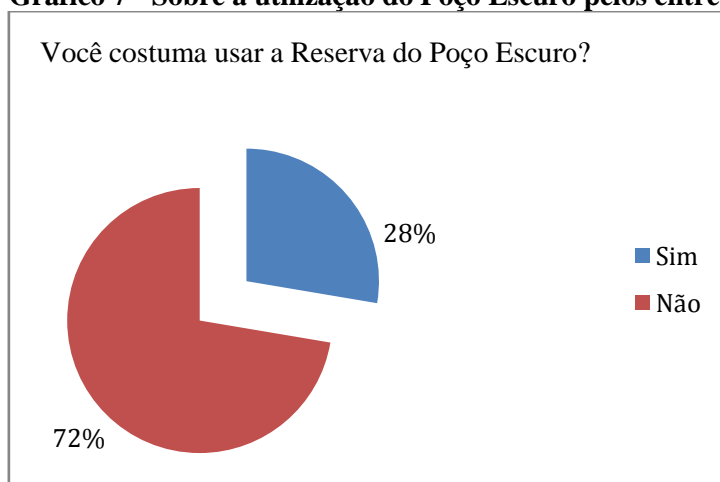
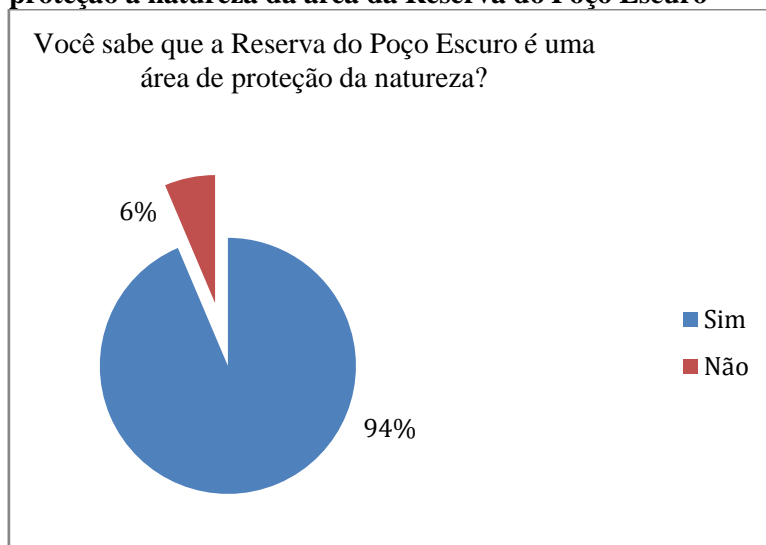


Gráfico 6 - Visita (adentramento) à Reserva do Poço Escuro**Gráfico 7 - Sobre a utilização do Poço Escuro pelos entrevistados (moradores do entorno)**

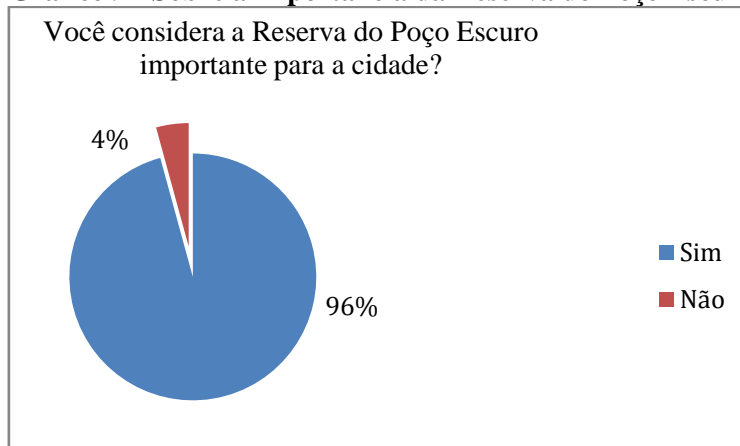
Quando indagados sobre o conhecimento que têm acerca da proteção da área da Reserva do Poço Escuro (Gráfico 8), 94% dos entrevistados afirmaram conhecer o fato de que o Poço Escuro é uma área de proteção à natureza. Mas, por outro lado, apesar de 94% dos entrevistados responderem positivamente ao questionamento “Você sabe que a Reserva do Poço Escuro é uma área de proteção da natureza?” afirmando que sabiam, sim, que essa era uma área de conservação ambiental, apenas um dos entrevistado soube explicar mais corretamente o que era uma área de proteção da natureza. Este foi o Sr. Rildo, vigilante que mora há 49 anos na área e que respondeu o seguinte: “Área tombada pelo governo para preservação do recursos naturais.” Todas as outras respostas giravam em torno de conceitos vagos e com pouca lógica como: “verde”, “não desmatar”, “proteção de animais”, “não jogar lixo”, “preservar verde e água”.

Gráfico 8 - Conhecimento dos entrevistados (moradores do entorno) sobre a condição de proteção à natureza da área da Reserva do Poço Escuro

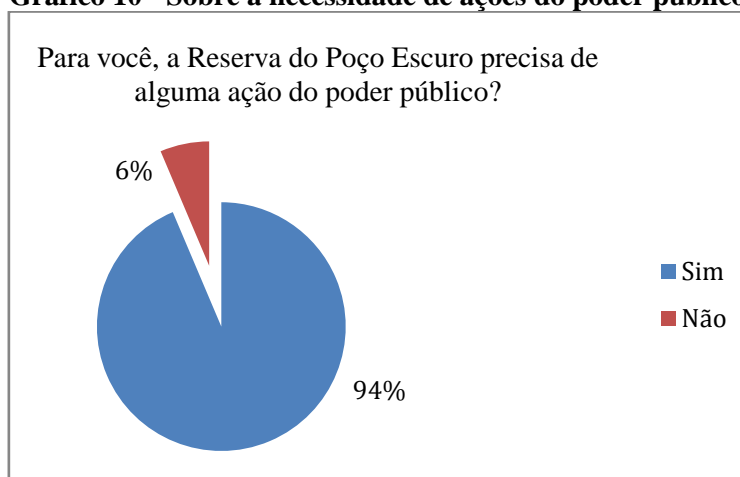


Quando questionados sobre o significado das áreas de proteção da natureza (em resposta à questão “Na sua opinião, o que é uma área de proteção da natureza?”), a maioria dos entrevistados não conseguiu elaborar respostas claras que demonstrassem conhecimentos mais aprofundados sobre a situação de área de proteção do Poço Escuro. Faziam referências vagas a “não desmatar”, “reserva”, “pulmão da humanidade”, “área do governo” dentre outras respostas que não demonstravam exatidão de uma informação clara sobre conservação de áreas protegidas, acarretando a compreensão de que a população do entorno da reserva não tem uma percepção do ambiente que estão inseridos e a função das unidades protegidas.

No que concerne à participação da comunidade local nos processos de criação e gestão das unidades de conservação, o SNUC, em seu Art. 5º, tópico III, afirma que deve ser assegurada “a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação”. No entanto, constata-se que desde a sua criação, a Reserva do Poço Escuro não tem contado com a participação da comunidade, que não se envolve, no cotidiano, com ações relacionadas à Reserva. Parece, contudo, que este problema não seria difícil de ser contornado, caso o poder público investisse pessoal, determinação política e recursos a esta finalidade. Este objetivo seria, aparentemente, fácil de alcançar, uma vez que a população do entorno atribui importância à área da mata para a cidade: quase a totalidade dos entrevistados afirmam considerar importante a Reserva do Poço Escuro para a cidade (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Sobre a importância da Reserva do Poço Escuro para a cidade

No que diz respeito à questão referente à necessidade de ação do poder público na Reserva (Gráfico 10), exatamente 94% dos entrevistados concordam ser necessária alguma ação do poder público para uma melhoria na área que proporcione uma reaproximação com a comunidade do local. Uma das reivindicações mais constantes dos moradores, quando questionados sobre qual a melhor forma de intervenção por parte dos gestores na área, diz respeito à quantidade de funcionários para a fiscalização e para manutenção na área, sendo este elemento citado em mais de 20% das entrevistas, destacando-se no que se refere aos demais aspectos.

Gráfico 10 - Sobre a necessidade de ações do poder público junto à Reserva do Poço Escuro

A busca por contatos efetivos com a comunidade do entorno, nas visitas técnicas, nas conversas e na aplicação dos questionários, foi um fator essencial para o entendimento

do que se passa neste momento histórico. O contato com os moradores, a atenção a seus relatos e as respostas fornecidas pelos mesmos possibilitaram o conhecimento sobre a situação da área do entorno e sobre a relação das comunidades com a reserva.

No que se refere à indagação acerca da responsabilidade sobre a área, isto é, sobre quem são os responsáveis pela gestão da área do Poço Escuro, menos da metade (42%) indicou a Prefeitura Municipal como responsável pela gestão, sendo que 25% afirmou não saber. Outras respostas que surgiram eventualmente associavam atores sociais diversos à área, como a igreja católica e o IBAMA. Não é claro, portanto, para os moradores da área do entorno, o sujeito social que responde pela gestão da Reserva.

Quando foram questionados sobre a qualidade da moradia na área, os entrevistados citaram diversos benefícios, como a melhor qualidade do ar, o fato da região ter um clima agradável e fresco bem como o de haver animais por perto, além da presença da água, considerada “pura” por quem a citou. Já no que diz respeito aos prejuízos e às dificuldades de se morar perto da área do Poço Escuro, foram elencados os seguintes fatores, pelos entrevistados: presença de animais peçonhentos; violência; bandidagem; falta de segurança; acúmulo de lixo e sujeira; água contaminada e a presença de uma “malandragem” no lugar, além do fato do local estar praticamente em estado de abandono, muito mal tratado.

Outra questão polêmica dentre os aspectos abordados nas conversas decorrentes da entrevista é a Praça da Juventude, que foi citada pelos entrevistados tanto como benefício - por gerar área de lazer para a população-, quanto como prejuízo, pois, segundo eles, no atual momento esta praça tornou-se um ponto de uso e de tráfico de drogas.

Em relação às entrevistas realizadas junto a agentes do poder público, percebe-se que há um reconhecimento dos problemas relacionados à gestão (com mecanismos, recursos e pessoal insuficientes). Por exemplo, o próprio gestor do Parque da Serra do Periperi, o Sr. Edgar **sobrenome** (em entrevista realizada em 2015), reconhece que a Reserva do Poço Escuro não dispõe de uma estrutura adequada para o trabalho, sem ter disponível as estruturas básicas que seriam necessárias, como sanitários para o público, edificações adequadas para os funcionários, e nem pessoal em número suficiente que possa dar conta do trabalho de manutenção, vigilância, educação ambiental e outros. Sobre a quantidade de funcionários a serviço da Reserva (em 2014), ele esclarece:

Atualmente a Reserva conta com o gestor e mais quatro funcionários, dentre eles um servidor público com 18 anos de Reserva, que é José

Airton, e mais três funcionários que auxiliam na limpeza e manutenção das áreas integrantes da Reserva do Poço Escuro (Edgar **sobrenome**, gestor do Parque, em entrevista à pesquisa, 2015) .

A partir da fala do gestor é perceptível que a quantidade de funcionários da reserva não supre a demanda de trabalho a ser realizado, ficando então, por fazer, vários serviços, como os de limpeza, por exemplo, que são essenciais à melhoria da qualidade ambiental do local.

Esse cenário de falta de estrutura e de funcionários não é diferente em outras unidades de conservação espalhadas pelo Brasil. Segundo Silva (2012), a estimativa de déficit de servidores em UC federais chega próximo ao número de 7.000 funcionários. A falta de pessoal bem treinado e em número o que limita bastante a efetividade dos programas e projetos de conservação da biodiversidade local, uma das estratégias para erradicar essa demanda seria a agregação de pessoal de campo, com nível básico.

Em decorrência do déficit de funcionários, a vigilância do perímetro da Reserva não é feita regularmente e manutenção também é precária, principalmente nas contenções laterais, onde boa parte das cercas é constantemente quebrada por moradores dos bairros vizinhos. Pela entrevistas com o gestor do Parque e os funcionários da Reserva, fica claro que há aberturas que são propositadamente deixadas pela gestão, de maneira a facilitar a passagem de moradores de um bairro para o outro (Petrópolis e Guarani). Foi informada, por exemplo, uma abertura deixada propositalmente pela gestão e pela prefeitura para viabilizar o acesso de mães que vão levar os filhos para a Escola Mãe Maria de Petú:

Tem uma passagem que liga o bairro Guarani ao bairro Petrópolis, onde tem uma escola que funciona fornecendo suporte para os dois bairros, então as mães utilizam a trilha, precisam usar essas trilhas, que podem também serem utilizadas por qualquer cidadão (...) Há pontos estratégicos que são utilizados pelos moradores e que frequentemente são desobstruídos para passagem (Edgar, gestor do Parque Municipal da Serra do Periperi, entrevista realizada em 27/03/2015)

No entanto, nem sempre as passagens regulares são as únicas a serem utilizadas e muitas pessoas rompem a cerca em diversos locais, estabelecendo, assim, constantes vulnerabilidades para a Reserva, e a falta de funcionários impede que sejam feitas ações mais efetivas para coibir esses rompimentos ou para consertá-los. O Sr. Edgar aborda esta questão da cerca sendo quebrada com constância quando fala que: “A gente conserta a cerca em um dia, eles quebram no dia seguinte, ou até no mesmo dia”. Outros funcionários da Reserva que concederam entrevista à pesquisa (como José Airton e Sivaldo) também se

referiram ao problema do constante rompimento da cerca do perímetro pela população do entorno e da impossibilidade de efetivarem os reparos, com o pouco efetivo de funcionários que há.

Tem sempre mais perfurações nas cercas para o povo utilizar as trilhas do parque como passagem entre bairros. Bastante mesmo, a gente não dá conta não [de consertar] (Sivaldo, funcionário da Reserva do Poço Escuro, entrevista realizada em 27/03/2015).

FIGURA 4 - Imagem de cerca cortada na zona limítrofe da Reserva do PoçoEscuro



Foto: Gabriel Pinheiro / Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Ao se constatar que há uma constância e uma recorrência na ação da população de rompimento da cerca da reserva (em vários locais ao longo do seu perímetro), parece evidente ser necessário buscar caminhos de diálogos que busquem compreender os motivos pelos quais a cerca está sendo sistematicamente rompida. Percebe-se, também, que, tanto quanto ampliar o número de funcionários para que seja viável dar conta dos serviços constantes de manutenção e reparo da cerca, seria necessário o desenvolvimento de ações que visem sensibilizar a população local quanto à necessidade de manutenção da cerca e de outros elementos relacionados à conservação da reserva.

O direcionamento para uma melhoria da gestão da reserva precisa considerar o fato de que é impossível evitar a presença das pessoas no entorno da reserva, inserida em

bairros populosos do centro da cidade. A vizinhança estará sempre se relacionando com a mata do Poço Escuro, o que torna imprescindível que se procure alternativas de sensibilização destas comunidades, de forma que possam se envolver positivamente com a Reserva, agindo em sua defesa, e não contra ela, como muitas vezes se verifica, quando se observam ações como rompimentos de cercas e lançamento de lixo e detritos em seu perímetro.

Assim, o planejamento necessita partir da busca de alternativas que tornem mais positiva a relação das comunidades vizinhas com as áreas protegidas. Os agentes sociais responsáveis pela gestão precisam considerar esta relação como prioritária, para que se consiga alcançar uma efetividade maior na aplicação dos recursos destinados à gestão e conservação das mesmas. Ressalta-se o fato de que a manutenção e a conservação dos recursos naturais é um serviço ambiental que precisa estar totalmente interligado com as relações culturais locais, em concordância com o que afirma Silva:

O foco na construção dialógica de conhecimento com as parcelas da sociedade que possuem relações diretas com as UC e a disseminação de informações em larga escala para todos, parecem ser os caminhos a serem seguidos para o alcance de dias melhores.” (SILVA, 2012, p. 45).

Essa falta de recursos materiais e humanos, aliada à constante entrada de pessoas dos bairros na mata - sem passarem por orientações de educação ambiental relacionadas ao comportamento que se deve ter na relação com a mata da Reserva - , traz grande impacto para a fauna, a flora e para o solo da Reserva. Assim, sem compromisso com a conservação, ainda que a princípio as pessoas possam afirmar que reconhecem a importância da manutenção da área, elas acabam degradando pouco a pouco, neste uso sem orientação alguma, com a criação de novas trilhas (e, conseqüentemente, perda vegetal decorrente destes impactos), com a derrubada de material vegetal, com a coleta de animais terrestres e a captura de aves para comercialização ou com o descarte inadequado de lixo, dentre outros impactos negativos.

É fundamental que as ações de Educação Ambiental alcancem a população do entorno da Reserva do Poço Escuro, uma vez que grande parte dos impactos ambientais cotidianos resultam de ações inadequadas destes grupos sobre a mata. Um dos funcionários entrevistados, José Airton (fiscal ambiental concursado, que atua há 18 anos na área), no passado já foram feitas ações de Educação Ambiental com a população do entorno. No

entanto, ainda que atividades de conscientização já tenham sido feitas, estas ações não podem ser pontuais e eventuais, precisam acontecer rotineiramente.

Já foram feitos vários serviços de Educação Ambiental, inclusive de casa em casa, informando a importância da Reserva. Porém não houve evolução da consciência ambiental. Tem descarte de todo tipo de lixo e descarte de animais doméstico morto (José Airton, funcionário da Reserva do Poço Escuro, entrevista realizada em 27/03/2015).

Quando se trata de unidades de conservação rodeadas por empreendimentos urbanos ou áreas totalmente urbanizadas, existem algumas indicações do que podem ser consideradas a fim de se obter uma interação maior entre a gestão e a comunidade, propostas por diversos autores. Considerando-se, o que é proposto por Almeida e Almeida (2012), percebe-se que há inúmeras vantagens, por exemplo, em se utilizar de guarda-parques, ou funcionários que sejam nascidos e criados nos bairros, nas atividades cotidianas das reservas. Este funcionário originário das comunidades adjacentes à reservam além de já conhecer o local, conhece as pessoas, as histórias, as tradições e tem uma maior capacidade de levar a informação de que aquele local deve ser preservado.

Outro problema de grande impacto para o funcionamento adequado das ações de manutenção cotidiana do Poço Escuro é a falta de estrutura física para que os funcionários possam desenvolver suas atividades. As acomodações são precárias, resumindo-se a um pequeno vão insalubre, sem janelas e sem condição higiênica alguma (Figura 5), que serve tanto como “escritório”, em que se organizam os trâmites burocráticos básicos, e também de suporte para os vigias que tomam conta da área.

O Sr. José Airton (vulgo “Bigode”) é um funcionário antigo, como já foi dito, desempenhando suas funções de fiscal ambiental da área, entrando na mata da Reserva do Poço Escuro rotineiramente, seja acompanhando grupos (quando há agendamento de visita), seja verificando a situação da mata. Atua como uma espécie de “guarda da Reserva” e afirma ter uma boa convivência com as comunidades do entorno, o que atribui também ao tempo de trabalho na área (18 anos). Ele é o guia que leva os grupos de visita, acompanha e orienta os serviços de manutenção. Sobre a falta de infraestrutura para os funcionários o Sr. Airton afirma:

Na realidade existe pouquíssima infraestrutura para os funcionários da reserva, os vigias possuem apenas um quarto sem estrutura alguma, sem iluminação, sem ventilação, não possuem banheiro e se tornam vulneráveis à animais peçonhentos. (José Airton, funcionário da Reserva do Poço Escuro, entrevista realizada em 27/03/2015).

FIGURA 5 - Área de armazenamento de equipamentos e único “escritório” dos funcionários da Reserva do Poço Escuro.



Foto: Gabriel Pinheiro / Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Outros funcionários, como, por exemplo, o Sr. Sivaldo, que trabalha na limpeza e na manutenção da área, também referem-se à falta de condições que sofrem no desenvolvimento do trabalho na Reserva:

A guarita do lado de construção do minadouro, que não tinha condições nenhuma de ser utilizada por um guarda parque, esta foi desativada.(...) As invasoras e lavadoras não respeitam os funcionários (...). A área é muito grande para três pessoas darem conta, no tempo de triagem já teve 10 funcionários e às vezes até mais”.(Sivaldo, funcionário da Reserva do Poço Escuro, entrevista realizada em 27/03/2015).

Observa-se que o inverno costuma ser rigoroso em Vitória da Conquista, e que na área da mata o frio e a umidade tendem a ser ainda maiores, sendo penoso, fisicamente, permanecer na vigilância neste quartinho úmido e insalubre, que consiste no único equipamento existente na Reserva. O suporte fornecidos pela Gestão do Parque em conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista é, assim, insuficiente e precário. Os funcionários desenvolvem suas atividades enfrentando péssimas condições, estando expostos a diversos riscos durante o seu trabalho, a começar pelo “quartinho” sem janela nem ventilação em que se instalam, faltando ainda sanitários, contando com pouquíssimos recursos.

O Sr. Airton foi quem acompanhou, inclusive, as visitas técnicas da pesquisa, durante o mês de março de 2015. Neste período, verificou-se que a maior parte das trilhas internas de passeio estava obstruída (ver, por exemplo, a Figura 6). Assim, outra das demandas não cumpridas no cotidiano da Reserva e que seriam necessárias para o bom funcionamento é a manutenção das trilhas para visitação, conforme foi verificado nas visitas técnicas da pesquisa e como afirma José Airton: “Tem trilhas que estão, neste momento, totalmente obstruídas”. Estas trilhas têm o objetivo de organizarem o fluxo dos caminhantes, evitando-se, assim, que sejam pisoteadas outras áreas da mata gerando uma série de impactos negativos.

FIGURA 6 - Imagem de trilha que atravessa o Poço Escuro ligando o bairro Guarani à sede do Parque Municipal da Serra do Periperi



Foto: Gabriel Pinheiro / Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

É importante ressaltar que as trilhas e o desenvolvimento organizado da visitação geram tanto impactos positivos (como, por exemplo, a ampliação da consciência ambiental sobre a própria Reserva), quanto impactos negativos. A partir dessa clara percepção, a atuação da gestão do Parque e da Reserva precisariam ter mais condição de trabalho, para desempenharem, cotidianamente, ações de sensibilização e educação ambiental com a população, articuladas pelo Módulo de Educação Ambiental, instruindo os visitantes para

que possam usufruir de forma sustentável, para que a grande biodiversidade e o potencial hídrico não se percam com o tempo (ALMEIDA e ALMEIDA, 2012).

De acordo com o Plano de Manejo da área, o Módulo de Educação Ambiental / MEA é responsável pela orientação e desenvolvimento das atividades de visitação dentro da área. No entanto, durante um período de dez meses, por motivos de segurança nos bairros do entorno e dentro da Reserva do Poço Escuro, a visitação foi cancelada e a reserva ficou fechada para a fluxos de visitantes, sendo reaberta somente em 2015.

A responsável pelo MEA e coordenadora do setor é a Sra. Carla Brandão, também foi ouvida pela pesquisa aqui realizada (entrevista realizada em março de 2015). O local de atendimento do setor fica situado na Praça da Juventude, área essa, que segundo a mesma, faz parte o Parque da Serra do Periperi, mas não é considerada como área interna da Reserva do Poço Escuro. A Sra. Carla quando abordada sobre a atuação do MEA junto aos visitantes, às turmas de escolas, aos grupos ligados às universidades, e outras pessoas que procuram a administração para visitar a área, explica os trâmites claramente, esclarecendo que todos os visitantes precisam passar pelo MEA obrigatoriamente antes de adentrar na área:

Primeiramente é feita uma palestra, explicando os procedimentos que podem e não podem ser feitos na área, saem todos com policiamento, que acompanham os visitantes nas trilhas (Carla Brandão, coordenadora do MEA, entrevista realizada em 27/03/2015).

Com o agravamento dos problemas de segurança pública em 2014¹, o policiamento passou a ser exigido para as visitas à reserva, como explica Carla Brandão. No entanto, o problema tornou-se tão sério que as visitas foram suspensas, ficando a área interdita por 10 meses. De acordo com a entrevistada,

O Ministério Público teve que intervir para que houvesse o retorno das visitas na área da Reserva com o argumento de que era um absurdo fechar uma área dessa tão importante culturalmente, socialmente, historicamente, ambientalmente falando (Carla Brandão, coordenadora do MEA, entrevista realizada em 27/03/2015).

Porém, após a intervenção do Ministério Público para exigir que fosse reaberta a visitação ao Poço Escuro, ficou determinado que a Prefeitura, juntamente com a Polícia

¹ Neste período, foram encontrados corpos de pessoas assassinadas na área da Reserva do Poço Escuro, como pode ser verificado, por exemplo, em reportagens de blogs locais (<http://nildofreitas.com/site/2014/06/adolescente-e-encontrado-morto-no-poco-escuro/>).

Militar, fossem obrigados a montar uma tática policial para a liberação do acesso público, de forma a garantir a segurança. A medida proposta pelos gestores foi então o acompanhamento policial para todos os grupos visitantes. Neste momento final da pesquisa de campo (setembro de 2015), as visitas estavam liberadas, com esta condição de acompanhamento policial, e com a exigência de prévias palestras, sobre educação ambiental, que antecedem as visitas e que acontecem na sede do MEA na Praça da Juventude: “Atualmente turmas de escolas, universidades, visitantes e turistas podem também fazer visitas, porém necessitam ser orientadas e marcadas previamente.” (Carla Brandão, entrevista realizada em 27/03/2015).

Relatos dos moradores ouvidos durante a pesquisa de campo afirmam que o crescimento de violência na região ocorreu entre os anos de 2000 e 2010, o que acabou por determinar um afastamento gradual da comunidade da área, que parou de frequentar o Poço Escuro para o lazer, restringindo o uso a percursos necessários que fazem na travessia da mata, quando passam de um bairro a outro. O funcionário José Airton também abordou a questão do problema da violência e explicou o funcionamento do sistema de acompanhamento:

Neste momento é permitida visitação, porém ficou interdita por um tempo, por conta da violência no local, onde foram registrados no mesmo ano dois homicídios. O local é frequentado também por criminosos e facções rivais dos bairros que a cercam (Cruzeiro, Petrópolis, Pedrinhas, Guarani), se tornando de certa forma uma linha de fogo, que nestes últimos meses vem sendo pressionada pelas atividades na área que voltam a sua normalidade. Os policiais ficam na Módulo de Educação Ambiental - MEA e acompanham na trilha quando solicitados pelos gestores (José Airton, funcionário da Reserva do Poço Escuro, entrevista realizada em 27/03/2015).

Aproximadamente 35% dos entrevistados citaram a violência como um problema de morar próximo da área da Reserva, em resposta à questão “Qual o prejuízo de ser vizinho da Reserva do Poço Escuro?”. Muitos depoimentos afirmaram também que teria havido uma diminuição da violência no entorno, apesar dos episódios da mata. Um deles afirma, por exemplo, que “a violência diminuiu bastante nos últimos anos, pelo menos as casas ele não estão invadindo mais” e que o “ambiente tem se tornado mais agradável para morar”.

Outras ações mais recentes foram desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista juntamente com a Polícia Militar da Bahia - sobretudo a sua divisão

chamada CAESG (Companhia de Ações Especiais do Sudoeste e Gerais) - para trazer uma movimentação policial à área, gerando um afastamento maior da marginalidade.

Assim, a CAESG realiza algumas instruções de sobrevivência na selva na Reserva do Poço Escuro, como se fosse um centro de treinamento militar. Treinamentos periódicos funcionam como uma forma de movimentação da Reserva, imprimindo um caráter de maior segurança. Estas ações são visíveis (ver Figura 7) e reforçam a segurança da área, valorizando-se o caráter de policiamento e a impressão de segurança.

FIGURA 7 - Caminhão da CAESG preparando material para treinamento na entrada da Reserva do Poço Escuro



Foto: Gabriel Pinheiro / Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Questionada ainda sobre a relação da gestão da área com a população do entorno, a Sra. Carla Brandão afirmou que os moradores frequentemente adentram a reserva tanto para passarem de um lado para o outro - uma vez que muitas atividades regulares da população são realizadas no outro lado da mata (como escolas, creches, posto de saúde e outros equipamentos públicos, tais como uma lavanderia coletiva) -, quanto para “fazerem coisas ilícitas” (o uso e o tráfico de drogas são constantemente referidos como acontecimentos regulares na área). Aponta, também, para outros problemas aqui já

comentados, como o rompimento constante da cerca e a falta de controle do acesso à mata: e que “acerca não funciona e não existe esse controle de entrada das pessoas”.

Apesar das afirmações dos moradores sobre a falta de orientação, contraditoriamente a coordenadora do MEA afirmou, em relação ao trabalho realizado nos bairros, que as ações de educação ambiental são constantes, seja por meio de reuniões com moradores dos bairros vizinhos, quando os educadores insistem como eles “para não jogarem lixo na reserva, nem na borda principalmente porque os macacos pegam e levam pra dentro da reserva”.

O trabalho de educação ambiental com os bairros é constante. A gente fala sempre com a população. É feita reunião com os moradores dos bairros vizinhos, com o Guarani, e pedimos sempre para eles jogarem o lixo deles no horário que a coleta de lixo passa, porém eles colocam na mureta bem antes, por volta de meio dia, a carroça só passa à noite, os macacos vêm e pegam e levam o lixo pra dentro da mata (Carla Brandão, coordenadora do MEA, entrevista realizada em 27/03/2015).

A coordenadora do MEA explica também que é utilizada uma cartilha de educação ambiental que foi desenvolvida e financiada pela VIA BAHIA (empresa concessionária dos pedágios da Rio-Bahia no trecho baiano da estrada). Afirma que é realizado um trabalho de educação ambiental de porta em porta, conclamando os moradores a um compromisso com a conservação da área. Indica, ainda, que há projetos específicos voltados para o público infante-juvenil dos bairros do entorno, como os projetos EcoKids e Ecoteens, realizados em escolas localizadas nos bairros vizinhos à Reserva.

O EcoKids é um multirão com a prefeitura e com as crianças, para elas entenderem a questão do não descarte dos lixos. O Ecoteens é um projeto de educação ambiental para crianças nas escolas. Cada um com o máximo de 30 pessoas por grupo (Carla Brandão, coordenadora do MEA, entrevista realizada em 27/03/2015).

Foi recorrente, durante a pesquisa, a percepção de haver certa contradição entre a situação verificada nas visitas e nos depoimentos dos moradores e as afirmações dos agentes públicos da gestão da área. Como, por exemplo, no que diz respeito às ações rotineiras de educação ambiental: por um lado os moradores afirmam desconhecer sua realização, por outro lado os funcionários afirmam desenvolvê-las. Por exemplo, durante a aplicação dos questionários, quando perguntados sobre as ações de gestão da área nos bairros, não foi possível encontrar ninguém que afirmasse ter tido contado com algum funcionário do Parque Municipal da Serra do Periperi nem da Reserva do Poço

Escuro em qualquer atividade de educação ambiental, nem na rua, nem porta a porta. Apesar do relativo número pequeno de entrevistas (foram aplicadas 47, como explicado anteriormente), é no mínimo curiosa esta contradição, pois se tratam de moradores antigos, com a imensa maioria dos entrevistados residentes há mais de 10 anos.

Esta contradição evidencia o fato de que, ainda que estejam sendo desenvolvidas as ações descritas pela coordenadora, as mesmas não parecem alcançar a efetividade desejada, pois os moradores que foram entrevistados não foram alcançados, por exemplo. As ações de educação ambiental precisariam ser reforçadas, para que se possa modificar a percepção da importância da natureza e das atitudes desejadas para a preservação, pois a pesquisa demonstrou que população tem uma fraca percepção ambiental, e muitas vezes não demonstram ter preocupação com a área, como no depoimento obtido em entrevista com o Sr. Cesar, ajudante de pedreiro de 19 anos, morador do entorno que afirma que “a população não está nem aí pra isso”, é como se a área não existisse para muitos deles. A coordenadora do MEA demonstra perceber este triste aspecto, quando afirma que “há a percepção de que falta uma mentalidade de convivência e de valorização da área. A população não valoriza”(Carla Brandão, coordenadora do MEA, entrevista realizada em 27/03/2015).

Outros problemas são enfrentados no cotidiano da Reserva do Poço Escuro e das populações que moram na sua zona limítrofe é o descarte inadequado de lixo na borda do fragmento aqui estudado. Quando questionados se já jogaram ou jogam lixo na Reserva, apenas 2% respondeu que já jogaram - afirmando ainda que “todo mundo joga”. O restante dos entrevistados respondeu que nunca jogou e que a maioria das pessoas que jogam lixo ali devem ter “vindo de outros bairros”. O depoimento da Sra. Edlene (salgadeira de 46 anos e moradora do bairro Guarani) afirma que “alguns moradores têm cuidado com a área e tentam alertar as pessoas e carroceiros que vem pra área para descartar entulho, mas que muitas vezes são desrespeitados e até agredidos”.

Para a conferência local desta situação, foi percorrida toda a zona limítrofe da área, em visita técnica acompanhada de funcionários da Reserva (em 2015) e o resultado não foi muito bom, como demonstram algumas imagens (ver Figuras 8 e 9, por exemplo) dos locais mais afetados por toda sujeira provocada pela ação antrópica descontrolada.

FIGURAS 8 e 9 - Descarte inadequado de lixo na zonas limítrofes dos Bairros Petrópolis (8) e Guarani (9)



Fotos: Gabriel Pinheiro / Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

A Figura 9, uma fotografia tirada durante a pesquisa de campo, evidencia o contraste entre a orientação e a prática, pois justamente onde existe a placa “Não jogue lixo” é onde há um grande acúmulo de lixo e entulho, o maior encontrado em toda a fronteira da Reserva do Poço Escuro, na parte superior da reserva do lado do bairro Guarani. O problema do lixo jogado indevidamente no limite da Reserva é constante e parece não conseguir ser resolvido, a despeito das tentativas de regularização e da frequência da coleta.

Todos os dias passam carroça de coleta de lixo domésticos nos bairros, porém os moradores continuam jogando o lixo na reserva (José Airton, funcionário da Reserva do Poço Escuro, entrevista realizada em 27/03/2015).

Por outro lado, este problema torna-se pior com a falta de funcionários para efetuar uma limpeza constante e diminuir o problema dos impactos decorrentes do descarte indevido dos resíduos. A pressão da ocupação urbana sobre a mata é grande, em diversos

aspectos, sendo ressaltada na fala do funcionário José Airton, que destaca o local de seu perímetro superior como um dos mais impactados:

A reserva, em seu limite superior vem sendo fortemente pressionada pela ocupação urbana, que foi e continua sendo um dos principais fatores de degradação da vegetação nativa do município e do fragmento florestal remanescente em questão (José Airton, funcionário da Reserva do Poço Escuro, entrevista realizada em 27/03/2015).

De acordo com as informações cedidas pelas pessoas da gestão da Reserva da área e também pelos moradores entrevistados, as casas dos dois bairros possuem rede de saneamento básico, água encanada, energia elétrica e pavimentação, não constituindo assim, teoricamente, riscos de contaminação edáfica, nem de contaminação dos mananciais hídricos ou das nascentes existentes na área. Porém, nas visitas técnicas ao perímetro, foram encontradas, ainda, muitas residências nas ruas próximas que jogam o seu esgoto na rua, trazendo assim, riscos de contaminação, tanto para a população vizinha, quanto para as condições naturais da Reserva do Poço Escuro. Como no exemplo abaixo (Figura 10), na rua Visconde de Mauá, limite com a área de preservação.

FIGURA 10 - Esgoto a céu aberto na rua Visconde de Mauá (bairro Guarani).



Foto: Gabriel Pinheiro / Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

De acordo com a estratégia proposta por Almeida e Almeida (2012), no caso específico de unidade de conservação da categoria de Parque Municipal, a integração entre o Parque e as áreas do seu entorno deveriam perpassar por uma política conservacionista social que possa esclarecer o papel desta área de proteção para a melhoria da qualidade de vida da população local. O bom relacionamento com as entidades e órgãos que desenvolvem pesquisa dentro da UC, cuidado com o bem público, regularização fundiária, recepção ao visitante e recursos humanos, ainda segundo o mesmo autor, são alguns dos elementos que devem completar as táticas de gestão da área.

No que se refere ainda à infraestrutura dos bairros vizinhos, podemos perceber uma clara impermeabilização do solo nos dois limites, tanto de um bairro quanto de outro. Há uma declividade acentuada na região, e as chuvas, quando caem mais fortes nas áreas mais altas (as cumeeiras da Serra do Periperi), resultam gerando grande fluxo de água, que se torna ainda mais forte com a impermeabilização do solo.

Este problema da força e da velocidade das enxurradas decorrentes de chuvas fortes atinge Vitória da Conquista como um todo, uma vez que a cidade fica situada em região mais baixa, sendo cercada pela Serra do Periperi, resultando em grandes enxurradas decorrentes de chuvas fortes e da impermeabilização crescente do solo urbano. Na área da mata do Poço Escuro, estes afluxos de águas de enxurradas prejudicam bastante a qualidade do solo e impactam a mata, causando sobretudo erosão.

Algumas medidas já foram tomadas, anteriormente, pelo poder público, para minimizar este problema, como a construção de uma valeta, com a finalidade de orientar e organizar a descida da água, evitando que invada a mata, bem como a construção de uma mureta, com igual finalidade de proteção, em outro local. Ainda assim as águas da chuva continuam a impactar a mata, causando erosão, como pode ser verificado na Figura 11.

É no bairro Guarani que se encontra a valeta (Figura 12), que foi construída para facilitar a descida da água da enxurrada, organizando seu fluxo. Ressalta-se que estas enxurradas quase sempre vem acompanhada de dejetos humanos, de lixo e entulhos, o que polui drasticamente a água do interior dessa unidade de conservação.

FIGURAS11 e 12 - Erosão no interior da unidade de conservação urbana do Poço Escuro (11) e Pavimentação (valeta) construída no limite da Reserva do Poço Escuro com o bairro Guarani (12)



Fotos: Gabriel Pinheiro / Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

A pavimentação crescente do entorno, além de trazer as consequências de poluição e de acúmulo de lixo e dejetos na área, ocasiona outro impacto severo dentro da unidade, que é a própria água que desce pela rampa. Com o calçamento, a água alcança uma alta velocidade e invade o leito do Rio Verruga, que nasce na própria reserva do Poço Escuro. Sobre as cercas e as contenções laterais, o gestor do Parque comenta:

Ainda em relação às contenções laterais, podemos destacar a construção de uma mureta na fronteira do lado do bairro Petrópolis que foi construída com o objetivo de redução da velocidade da água que é escoada dos bairros em dias de chuva e/ou vazamento de esgotos. Essa enxurrada era causadora de grande impacto no solo e na vegetação em regeneração, a redução deste impacto é de suma importância para a manutenção da qualidade edáfica do Poço Escuro (Edgar, gestor do Parque Municipal da Serra do Periperi, entrevista realizada em 27/03/2015).

Esta água em velocidade, aliada à maior quantidade de sedimentos, provoca um alto nível de erosão em determinados pontos, chegando a deformar gravemente a estrutura física do solo, além de provocar uma degradação da condição química do solo. É bom entender que a erosão é um processo natural de desgaste do solo, acarretado pela ação da água, do vento, de queimadas, de organismos vivos também, porém a ação do homem - neste caso sintetizada pelo exemplo da impermeabilização do solo - intensifica e acelera

esse processo, acarretando problemas como estes aqui descritos e poluindo as águas nos minadouros, como afirma um dos funcionários:

Tem um minadouro, a nascente da cascalheira brota no Poço Escuro, porém a água é poluída por conta de ação dos moradores, que lavam roupa, prato, além da chuva forte, quando os esgotos vazam para dentro da Reserva. Tem muito lixo que é carreado pela água da chuva, junto com esgoto, para dentro do Poço Escuro(Sivaldo, funcionário da Reserva do Poço Escuro, entrevista realizada em 27/03/2015).

Em outro ponto do perímetro da Reserva, na zona limítrofe do lado do bairro Guarani, foi construída uma mureta - com cerca de 60cm de altura -, com o objetivo principal de assegurar que, quando há ocorrência de chuva forte, ou também quando acontecem vazamentos de bueiros de esgoto, a água suja não entre para a Reserva do Poço Escuro, uma vez que a área tem alta declividade no sentido do centro da reserva. A mureta, porém, por ser baixa (Figura 13), não tem servido para reduzir a quantidade de lixo e entulho jogado na área. Neste local, ressalta-se, há um grande , que como pode-se perceber, deste lado da reserva, a maior parte do material descartado é originário de resto de construção.

FIGURA 13 - Mureta de proteção da área do parque localizada no bairro Guarani



Foto: Gabriel Pinheiro / Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Em relação à mureta, outros aspectos podem ser ressaltados: em primeiro lugar, a mureta foi construída de um lado da reserva, porém somente até a metade do caminho; por outro lado, a mureta foi construída na borda da reserva do lado do Guarani, mas não foi construída outra equivalente do lado do bairro Petrópolis, que também sofre os mesmos problemas. Tal situação resultou em reclamação por parte da população do Petrópolis, que fez questão de registrar este aspectos em seus comentários, nas entrevistas, quando

questionados sobre as ações do poder público que poderiam ser feitas para melhorar a área, afirmando coisas como “cercar bem cercado” e “aumentar a mureta”, por exemplo, sendo recorrente este tema.

Nesse sentido, a Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, ainda que tenham aplacado o problema do carreamento de lixo e dos resíduos pela enxurrada, só aplicou a solução em um dos lados do perímetro, resolvendo parcialmente o problema. Ainda assim, um dos funcionários ressalta a importância da efetivação desta obra, associando-a à gestão de um dos prefeitos do período:

A evolução desta área da cidade aconteceu 90% depois da entrada do prefeito Guilherme Menezes, em duas ocasiões diferentes, em 1998 e em 2008. Antes aqui não tinha nada, absolutamente nada, não tinha trilha, não tinha visitação pública, a única coisa que tinha eram moradores do bairro Guarani que vinham lavar roupa. Não tinha SEMMA, não tinha projeto para área, depois desta gestão melhorou. Mas ainda não tá ideal, tem muito a melhorar (José Airton, funcionário da Reserva do Poço Escuro, entrevista realizada em 27/03/2015).

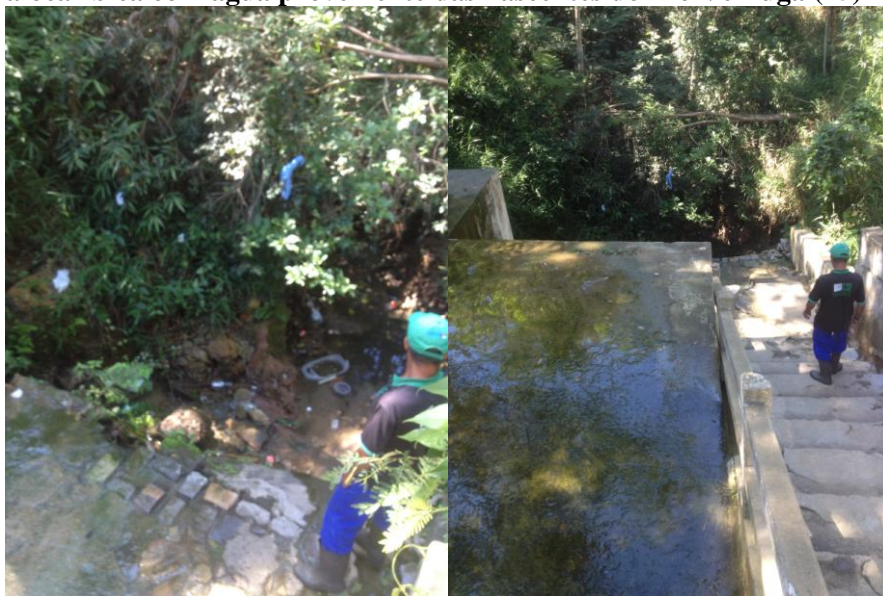
Mas a realidade percebida durante as visitas técnicas, registrada durante a pesquisa de nos registros de campo e das entrevistas com a comunidade comprova que a área está sendo altamente impactada por diferentes fatores de degradação acarretados pela ação humana, e que existe ainda muito trabalho a ser realizado a fim de não deixar a área ser sucumbida pelo desenvolvimento urbano.

Outro problema relatado, desta vez pelo Sr. Sivaldo, funcionário que cuida da limpeza e da manutenção da Reserva do Poço Escuro, é a falta de consciência da população do bairro Guarani, no que se refere ao uso da água. Historicamente havia o uso recorrente da água do Poço Escuro para a lavagem de roupa, por lavadeiras de ganho residentes nas proximidades. Posteriormente, nos anos 90, foram construídos equipamentos públicos destinados a evitar este uso: foram implementadas lavanderias coletivas no bairro Guarani, que permanecem em funcionamento na atualidade.

Também é recorrente o uso regular da água do Poço Escuro pela população do entorno, sobretudo em época de desabastecimento de água na região, quando há uma recorrente falta de água no sistema de abastecimento público (Embasa). As pessoas utilizam essa água, portanto, em época de seca, como informado pela população nos questionários, deixando, neste uso, também muito lixo no local, como ressalta Sivaldo, funcionário do parque:

As mulheres, moradoras do bairro Guarani, utilizam o rio até os dias atuais para lavar roupas e acabam deixando muita sujeira (Sivaldo, funcionário da Reserva do Poço Escuro, entrevista realizada em 27/03/2015).

FIGURAS14 e 15 - Local utilizado pelos moradores e lavadeiras (14) e Local construído para alocar bica com água proveniente das nascentes do Rio Verruga (15)



Fotos: Gabriel Pinheiro / Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Sobre a proteção para as nascentes, um dos funcionários que acompanhou a pesquisa de campo ressaltava que algumas ações são feitas pela gestão da Reserva, como lago para contenção das folhas que caem na água, por exemplo.

Foi feito um lago de contenção de folhas, onde elas caem e entram em estado de decomposição, depois é feita a retirada desse material para não obstruir o rio (José Airton, funcionário da Reserva do Poço Escuro, entrevista realizada em 27/03/2015).

Por fim, quando fala sobre os animais que existem na Reserva do Poço Escuro, o José Airton afirma que “ainda são encontrados alguns animais da fauna nativa, como, o bicho preguiça, macaco, sagui, cutia, dentre outros”. No entanto, ressaltava-se que parte destes animais foram re-inseridos, a partir da ação do Centro de Triagem e Tratamento dos Animais Silvestres (SETAS), que utiliza o Poço Escuro como área para soltura de animais silvestres, tendo-se o cuidado de exercer algum controle sobre a fauna local. Outro aspecto ainda a ser destacado é a existência de algumas espécies que estão em risco de extinção e que são encontradas na mata do Poço Escuro, como o cipó escada de macaco, a umbaúba e a copaíba.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se que a busca de alternativas que garantam a proteção do fragmento florestal urbano do Poço Escuro inclui o processo de sensibilização da comunidade para o valor *ambiental, histórico e cultural* da área, espera-se, como um possível resultado deste projeto, que haja uma ampliação da percepção da importância da mata da Reserva do Poço Escuro, gerando formas mais éticas e prudentes de relacionamento com a natureza.

Nesse sentido é que se pretendeu, neste projeto de pesquisa de mestrado, aprofundar o conhecimento sobre esse fragmento de floresta, com o intuito de mostrar a importância da sua conservação e da sua manutenção para o município, o meio ambiente e a sociedade. Além disso, pretendeu-se também, a partir do desenvolvimento desta pesquisa, dar uma maior visibilidade para a situação desta mata remanescente, tanto perante a comunidade acadêmica quanto perante os órgãos governamentais responsáveis, apontando-se, assim, para a necessidade de direcionamento de esforços para assegurar a manutenção dessa reserva que, apesar das perturbações sofridas ao longo do tempo, continua existindo.

Por outro lado, observa-se que foi possível constituir, ao final desta pesquisa, uma visão sintética e também analítica das dificuldades e das pertinências das políticas públicas ambientais do Município para a Reserva do Poço Escuro e sua gestão, levantando-se as principais dificuldades, os avanços e as necessidades percebidas e destacadas pelos agentes públicos a ela relacionados. Neste sentido, foram discutidos alguns instrumentos, mecanismos e ações mitigadoras de proteção ambiental que têm sido aplicados na área, bem como elencados os principais problemas enfrentados.

Sobre as questões relativas às condições do entorno da reserva, desde o início da pesquisa de campo já deu para verificar a grande vulnerabilidade do local quanto aos impactos das ações antrópicas da vizinhança da mata, que é um fragmento altamente isolado de outros remanescentes naturais e que possui um tipo de vizinhança que pode ser considerada como das mais negativamente impactantes: a zona urbana, que faz fronteira em toda a extensão da área circundante e exerce uma enorme pressão sobre ela. A resistência desse fragmento em condições tão adversas se configura como um objeto instigante para a investigação científica: a Reserva do Poço Escuro vem sofrendo severos danos e impactos desde o início da fixação da população no local, em meados do século XVIII, mas ainda permanece existente, no século XXI, a despeito de todas as dificuldades.

Acredita-se que o estudo dos processos ecológicos que envolvem a fragmentação florestal, das suas consequências na dinâmica e na estrutura dos ecossistemas e das atividades antrópicas no entorno de áreas de fragmento, como o Poço Escuro, pode vir a contribuir para a formulação de alternativas e de estratégias de conservação da biodiversidade e de manutenção da integridade de paisagens naturais que foram bastante antropizadas.

Ressalta-se, por fim, em concordância com autores e pesquisadores estudados, que a mera constituição legal de reservas não significa, efetivamente, uma devida proteção ambiental às áreas de mata remanescentes, o que pode ser aplicado ao caso desta pesquisa aqui desenvolvida. Por outro lado, sem a proteção e os recursos legais, certamente a situação estaria ainda mais difícil, e, neste sentido, a constituição legal de Unidades de Conservação apresenta-se como um caminho fundamental ao processo de proteção destas áreas remanescentes de florestas. Assim, percebe-se a importância da proteção legal de áreas de importância ambiental, como a Reserva do Poço Escuro, ainda que a mera criação legal da mesma não assegure, por si só, as condições adequadas para sua conservação. Torna-se necessário, portanto, estabelecer meios de ampliar a valorização da área pela comunidade próxima e pela sociedade como um todo.

Um estudo, como este aqui desenvolvido, que visou analisar as ações antrópicas da vizinhança urbana sobre a mata, pode, ao final, contribuir para a proposição de ações mitigadoras que possam atenuar e reduzir tais pressões sobre fragmentos florestais. Como é sabido, áreas de mata nativa inseridas nos ambientes urbanos sofrem todo tipo de impacto negativo, desde a poluição até a falta de saneamento básico nos bairros do entorno, o que torna fundamental a proposição de estudos e pesquisas como esta aqui proposta, cujos resultados contribuirão para o desenvolvimento de alternativas mitigadoras que visem à manutenção dos fragmentos florestais urbanos, dada a sua importância para a conservação da biodiversidade. Ao final da pesquisa, também se ampliará o conhecimento sobre os processos de gestão ambiental da área, o que certamente poderá fortalecer os estudos ambientais sobre a região.

Compreende-se que, a partir deste estudo local, algumas inferências podem ser feitas em relação a outras áreas de mata ou reserva situadas em áreas urbanas, uma vez que muitos dos problemas se assemelham. Neste sentido, apesar do viés específico do estudo, voltado para a reserva florestal do Poço Escuro, há uma relação entre o local e o global, possibilitando o desenvolvimento de estudos similares em contextos também similares.

5 - REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. A. T.; ALMEIDA, L. F. S. A cidade e o parque. Livro Gestão, pesquisa e conservação em áreas protegidas. Laboratório de Incêndio e Conservação da Natureza - UFV. Viçosa. 157 - 160. 2012.

ANJOS L. H. C. e PEREIRA M. G. **Aspectos gerais relacionados à expansão da agricultura brasileira.** Parte II Expansão da agricultura brasileira e relações com as mudanças ambientais. Manejo e Conservação do Solo e da Água no Contexto das Mudanças Ambientais. Embrapa Solos, Rio de Janeiro: 2010.

BENEDICTIS, N. M. S. M. Política Ambiental e Desenvolvimento Urbano na Serra do Periperi em Vitória da Conquista, BA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRGN. 2007.

BIONDI, D. Pesquisa e conservação em áreas urbanas protegidas. Livro Gestão, pesquisa e conservação em áreas protegidas. Laboratório de Incêndio e Conservação da Natureza - UFV. Viçosa. 157 - 160. 2012.

BRASIL. **SNUC - SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.** LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.

CASTRO, P. F. D. e PISCIOTTA, K. R. Vocação e limitações das pesquisas nas unidades de conservação. Livro Gestão, pesquisa e conservação em áreas protegidas. Laboratório de Incêndio e Conservação da Natureza - UFV. Viçosa. 157 - 160. 2012.

CATTO, A. L. Sistema Nacional de Unidades de Conservação: Questões essenciais. Programa de Pós-Graduação em Direito – Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 2006.

CMSMAD. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: FGV, 1991. (Relatório Brundtland, 1987).

COSTA, C. C.; MAROTI, P. S. Percepção Ambiental de Docentes em escola rural no estado de Sergipe. v(11), nº 11, p. 2379 – 2388, JAN-ABR 2013.

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo: a história da destruição da mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEBETIR, E. Gestão de Unidades de Conservação sob influência de áreas urbanas: diagnóstico e estratégias de gestão na ilha de Santa Catarina – Brasil. Tese (Doutorado em Engenharia Civil). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** 2 ed. São Paulo: Annablume Editora, 2000.

FERREIRA Y. N.; MARANDOLA Jr E. **Riscos Ambientais e Custos de Urbanização – Pressupostos Teórico-Metodológicos.** Revista do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. Editora da Universidade Estadual de Londrina. 2001.

GUIMARÃES, S. O. *et al.* Percepção Ambiental da população da vila bem querer acerca do Rio Verruga, Vitória da Conquista, - Bahia. ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Centro Científico Conhecer - Goiânia, vol.7, N.12; 2011.

GUIRAO, A. C.; TEXEIRA FILHO, J. **PRESERVAÇÃO DE UM FRAGMENTO FLORESTAL URBANO - ESTUDO DE CASO: A ARIE MATA DE SANTA GENEVRA, CAMPINAS-SP.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29, pp. 147 - 158, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Crescimento populacional do Município de Vitória da Conquista.** Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php>>. Acessado em: novembro de 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População: Contagem da População 2007.** Fonte: IBGE, Estatística do Registro Civil de 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IUCN. Lista da Flora Ameaçada de Extinção com ocorrência no Brasil – IUCN. Acesso em: 12.10.2015. Disponível em: <http://www.biodiversitas.org.br/florabr/iucn.pdf>>) CR B1ab(iii,iv,v)+2ab(iii,iv,v) ver 3.1 (2001). 2015.

JACOBI, C. M. *et al.* Percepção Ambiental em Unidades de Conservação: Uma experiência com diferentes grupos etários no Parque Estadual da Serra do Rola Moça, MG. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004.

JESUS R. B. **Os Recursos Naturais e sua Exploração na Formação Territorial do Município de Vitória Da Conquista- Ba.** ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Centro Científico Conhecer - Goiânia, vol.6, n.9, Pág.3. 2010

KLEINPAUL J. J. **Análise multitemporal da cobertura florestal da microbacia do Arroio Grande, Santa Maria, RS.** Universidade Federal de Santa Maria - Centro de Ciências Rurais. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal. Santa Maria – RS. 2005.

LEUZINGER, M. D. Breve Panorama da Legislação Ambiental Brasileira. Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação. Realização: WWF-Brasil/IPÊ– Instituto de Pesquisas Ecológicas. Organizadora: Maria Olatz Cases. WWF-Brasil, Brasília, 2012.

LEUZINGER, M. D. Direito Ambiental. Elsevier, Rio de Janeiro, 2013.

MAZZEI, K; COLESANTI, M. T. M.; SANTOS, D. G. Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 19 (1): 33-43, jun. 2007.

OLIVEIRA, M. F.S. de e OLIVEIRA, O.J.R. de. **De Olho na Mata: fotografia, educação ambiental e sustentabilidade**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2003.

OLIVEIRA, M. F. S. de e OLIVEIRA, O. J. R. de. **Na trilha do caboclo: cultura, saúde e natureza**. Vitória da Conquista: Ed. UESB, 2007.

PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil 1786-1888**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PRADO JR., C. **Formação Do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES E. **Biologia da Conservação**. Depósito Legal na Biblioteca Nacional. Londrina. 2001.

RAMBALDI, D. M.; OLIVEIRA, D. A. S. **FRAGMENTAÇÃO DE ECOSISTEMAS Causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas**. Ministério do Meio Ambiente – MMA Brasília: MMA/SBF, 2003.

SAUER S. e BALESTRO M. V. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SERAPHIM, D. S. Unidades de Conservação em Áreas de Preservação Permanente urbanas: Implementação e percepção na cidade de Curitiba, PR, Brasil. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental). Curitiba: Universidade Positivo, 2010

SCHENINI, P. C. COSTA, A. M. CASARIM, V. W. **Unidades de Conservação: Aspectos Históricos e sua Evolução**. COBRAC 2004 · Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário · UFSC Florianópolis · 10 a 14 de Outubro 2004.

SILVA, I. S. A Serra do Periperi e as implicações socioambientais decorrentes da expansão urbana de Vitória da Conquista, BA. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFS – São Cristovão, SE. 2013.

SILVA, R. B. A.; ARAUJO H. M. C. C.; PEREIRA, T. F. Áreas protegidas e recursos humanos: realidades, desafios e perspectivas, no contexto do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. 2012.

SIMÕES, L. L. (WWF-Brasil). **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: CONSERVANDO A VIDA, OS BENS E OS SERVIÇOS AMBIENTAIS**. Ficha técnica. São Paulo. 2008.

SOUZA, N. L. Unidades de Conservação em Áreas Urbanas – O caso do parque Cinturão verde de Cianorte – Módulo Mandhuy. RA'E GA 23, p 448 – 4888, 2011.

VALLEJO L. R. **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA À LUZ DOS CONCEITOS DE TERRITÓRIO E DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. Departamento de Geografia da UFF. GEOgraphia, Vol. 4, No 8, 2002.

VARELA, S.; RICHTER, M; GUIMARÃES, M. Percepção Ambiental no entorno de unidades de conservação: uma abordagem teórico-conceitual. Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos. Perú, 2013.

VASATA, M. et al. Projeto Conservação da Biodiversidade como Fator de Contribuição ao Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. Versão reformulada conforme ofício GTAP/SEAIN N°46/2007. Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria do Planejamento e Gestão. Março de 2008.

VIANA, V. M.; PINHEIRO, L. A. F. V. **Conservação da biodiversidade em fragmentos florestais**. ESALQ/USP. SÉRIE TÉCNICA IPEF v. 12, n. 32, p. 25-42, dez. 1998.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume; Fapesb, 2008.

APÊNDICES

1- MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO COM A POPULAÇÃO DO ENTORNO DA RESERVA DO POÇO ESCURO

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA
Questionário "A Percepção Ambiental dos Moradores dos Bairros Guarani e Petrópolis sobre a Reserva do Poço Escuro"



1. Identificação do Entrevistado

1.1 Nome	
1.2 Profissão	1.3. Sexo () Masculino () Feminino
1.4 Idade	1.5 Escolaridade
1.6 Tempo de moradia	() Não estudou () 1º grau () 2º grau () Superior
1.7 Endereço	
1.8 Observações sobre a infra-estrutura da rua	Pavimentação () Sim () Não () Não Água Encanada () Sim () Não () Não Rede de Esgoto () Sim Energia Elétrica () Sim

2. Percepção Ambiental da Reserva do Poço Escuro

2.1 Você conhece a Reserva do Poço Escuro ? () Conhece () Não conhece () Ouviu falar
2.2 Você já foi à Reserva do Poço Escuro? () Sim () Não
2.3 Você costuma usar a Reserva do Poço Escuro? () Sim () Não
2.4 Se sim, para que?

2.5 Você sabe que a Reserva do Poço Escuro é uma área de proteção da natureza ? () Sim () Não
2.6 Na sua opinião, o que é uma área de proteção da natureza?
2.7 Quem é o responsável pela Reserva do Poço Escuro? () Governo Federal () Governo Estadual () Governo Municipal () Não sabe () Outros _____ _____
2.8 Qual o benefício de ser vizinho da Reserva do Poço Escuro?
2.9 Qual o prejuízo de ser vizinho da Reserva do Poço Escuro?
2.10 Você considera a Reserva do Poço Escuro importante para a cidade? () Sim () Não
2.11 Por que?
2.12 Para você, a Reserva do Poço Escuro precisa de alguma ação do poder público? () Sim () Não
2.13 Se sim, qual ação?
2.14 Você já usou a água da Reserva do Poço Escuro? () Sim () Não
2.15 Se sim, para qual finalidade?

2.16 Alguém da sua família (ou conhecido) já teve alguma doença associada à Reserva do Poço Escuro? () Sim () Não
2.17 Se sim, qual doença?
2.18 Você já jogou lixo na Reserva do Poço Escuro? () Sim () Não
2.19 Você já viu alguém jogando lixo na Reserva do Poço Escuro? () Sim () Não
2.20 Você acha que a vizinhança produz algum impacto à Reserva do Poço Escuro? () Sim () Não
2.21 Se sim, de que forma?

3. Infra-estrutura do Bairro

3.1 Existe alguma dificuldade para o descarte de lixo em sua rua? () Sim () Não
3.2 Se sim, quais são as dificuldades?
3.3 Existe coleta regular de lixo na sua rua? () Sim () Não
3.4 Existe coleta seletiva de lixo em seu bairro? () Sim () Não

2 - MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA

NOME DA PESQUISA: **Unidades de Conservação em áreas urbanas: o caso da Reserva do Poço Escuro (Vitória da Conquista, Bahia)**

RESPONSÁVEL: Gabriel Souto Pinheiro
 Professora Orientadora: Marília Flores Seixas de Oliveira
 TELEFONE PARA CONTATO: 77 - 91238654

O presente projeto tem por meta identificar os principais impactos decorrentes das atividades antrópicas sobre a Reserva do Poço Escuro, fazendo uma identificação da realidade local dos bairros da vizinhança e entrevistas com os moradores, bem como coleta de referências documentais e entrevistas com os gestores.

Neste sentido, você está convidado a participar desta pesquisa, respondendo à perguntas elaboradas pela equipe de pesquisa do Programa de Mestrado em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Cabe esclarecer que o destino dos dados será exclusivamente para fins científicos e que sua identidade somente será revelada, caso concorde com isto.

Mediante as informações acima apresentada, você poderá decidir pela sua participação ou não, sem nenhuma consequência ou prejuízo para sua pessoa.

Eu, _____,
 RG nº. _____, abaixo assinado, declaro ter recebido informações sobre a natureza e os objetivos da pesquisa, bem como sobre os procedimentos a serem nela adotados. Estou ciente e concordo em participar do estudo, depondo sobre as temáticas que me forem apresentadas. Concordo com as condições postas, autorizo a publicação de informações por mim fornecidas

DIVULGAÇÃO DO NOME: . Sim Não

Data: ____/____/____

Assinatura: _____